

Abril 2021

Andrea Cristina Teixeira Bueno

Dissertações da Economia Social da Universidade do  
Minho umestudobibliométrico

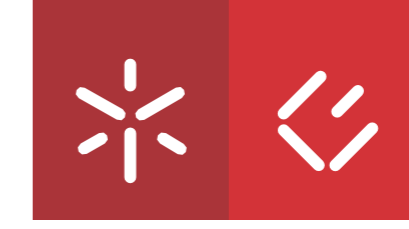


Abril 2021

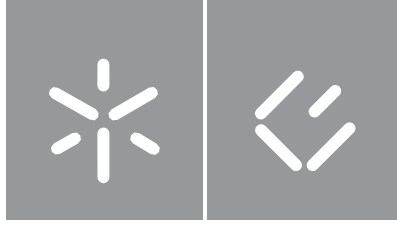
Universidade do Minho  
Escola de Economia e Gestão

Andrea Cristina Teixeira Bueno

Dissertações da Economia Social da  
Universidade do Minho: um estudo  
bibliométrico







Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Andrea Cristina Teixeira Bueno

Dissertações da Economia Social da Universidade  
do Minho: um estudo bibliométrico

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação do **Professor Doutor Paulo Reis Mourão**

Abril 2021

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros, desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

*Licença concedida aos utilizadores deste trabalho*



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações CC BY-

NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus sinceros agradecimentos a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho:

A Deus, que no meio de uma pandemia me deu força e resiliência para prosseguir.

Ao Professor Paulo Mourão que, ao me propor este tema, abriu os horizontes sobre como, na prática, eu poderia me tornar uma profissional da Economia Social. Agradeço também pelas valiosas orientações, incentivo e disponibilidade em me guiar no desenvolvimento e realização deste estudo.

Aos ex-alunos que, ao disponibilizarem suas dissertações para consulta, possibilitaram a realização deste trabalho.

Aos amigos que deixei no Brasil, mas que pude contar em todas as horas.

Ao Paulinho, quem plantou esta 'semente européia' em meu coração.

E claro, às minhas famílias, por entenderem a ausência e mesmo na saudade me apoiar, para que eu pudesse levar este desafio até ao fim.

Nomes aqui seriam injustos. A cada um e a todos, meu sincero MUITO OBRIGADA.

Andrea Bueno

## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico, e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida, ou falsificação de informações ou resultados, em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais, declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as dissertações do curso de mestrado em Economia Social da Universidade do Minho por meio de indicadores bibliométricos, e pretende oferecer à EEG uma visão sobre as tendências de investigação da produção acadêmica nesta área.

Foram identificados 65 documentos-tipo (Dissertações de Mestrado) no período de 2009 a 2020 sendo que 62 deles atendem aos objetivos de análise propostos e, três deles não constam no *RepositoriUM* da Universidade e o contato com os autores não retornou resultado.

A bibliometria é um método de análise quantitativa para a pesquisa científica. Os dados elaborados por meio dos estudos bibliométricos mensuram a contribuição do conhecimento científico derivado das publicações em determinadas áreas. A análise bibliométrica possibilita caracterizar a literatura de acordo com o seu desempenho, servindo inclusive como apoio a novas pesquisas na área.

A inclusão social pode ser considerada a finalidade da ES e é referida transversalmente em grande parte dos resultados dos trabalhos estudados, se ligando a temas como educação, emprego, microcrédito, atividades das IPSS, terceira idade, entre outros.

A análise bibliométrica aponta para uma maior concentração de trabalhos no campo da Educação seja ela tratada em seu aspecto formal ou informal. Aspectos também considerados relevantes são a frequência relacionada à temporalidade e aos professores orientadores das dissertações.

**Palavras-chave:** análise bibliométrica, dissertações de mestrado, economia social.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the dissertations of the master's degree course in Social Economics of the University of Minho through bibliometric indicators and intends to offer to EEG an insight into the research trends of the academic production in this area.

A total of 65 documents-type (Master's Dissertations) were identified for the period 2009 to 2020, 62 of which meeting the proposed analysis objectives and 3 of which are not in the University's Repositorium and the contact with the authors did not return any result.

Bibliometrics is a quantitative analysis method for scientific research. The data produced by bibliometric studies measure the contribution of scientific knowledge derived from publications in certain areas. Bibliometric analysis makes it possible to characterize the literature according to its performance, also serving as support for new research in the area.

Social inclusion can be considered the purpose of the Social Economy and is mentioned crosswise in a large part of the results of the studied articles, connecting to themes such as education, employment, microcredit, IPSS activities, senior citizens, among others.

The bibliometric analysis points to a higher concentration of papers in the fields of Formal and Informal Education. Other relevant aspects are the frequency related to temporality and to the professors guiding the dissertations.

**Keywords:** bibliometric analysis, master tesys, social economy,.



## ÍNDICE GERAL

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS .....	i
AGRADECIMENTOS .....	.ii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	.iii
RESUMO.....	.iv
ABSTRACT .....	.v
ÍNDICE GERAL .....	.vi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	.viii
LISTA DE FIGURAS .....	.ix
LISTA DE TABELAS.....	.x
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO .....	11
1.1 Contextualização da Economia Social .....	11
1.2 Caracterização das publicações .....	13
1.3 Objetivo e metodologia aplicada.....	14
1.4 Estrutura da dissertação. ....	15
CAPÍTULO II - REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1 Panorama da Economia Social em Portugal.....	15
2.1.1 A origem.....	.16
2.1.2 Economia Social em Portugal.....	18
2.1.3 Síntese da subsecção.....	24
2.2 A Economia Social como área científica .....	24
2.3 O curso de mestrado em Economia Social da Universidade do Minho.....	27
CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	27
3.1 Análise bibliométrica, razões para se efetuar e ferramenta de apoio .....	28
3.2 Base de dados, critérios estabelecidos e amostra .....	29
3.3 Processamento de dados para mapeamento científico.....	29
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	30
4.1 Visão geral dos estudos das dissertações, no contexto da Economia Social.....	31
4.1.1 Temporalidade.....	31
4.1.2 Frequência por orientador.....	33
4.1.3 Frequência por downloads.....	34

4.1.4	Frequência por consultas.....	35
4.1.5	Frequência por palavras-chave.....	36
4.1.6	Temática.....	37
4.1.7	Frequência por objetivo.....	40
4.1.8	Frequência por justificação.....	41
4.1.9	Frequência por metodologia.....	42
4.1.10	Frequência por implicações.....	46
4.1.11	Frequência por resultados.....	47
CAPÍTULO V – CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		49
5.1	Conclusões .....	49
5.2	Limitações da pesquisa .....	50
5.3	Sugestões para futuras investigações .....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....		51
OUTRAS REFERÊNCIAS .....		54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AFA</b>	Associações com Fins Altruísticos
<b>CSES</b>	Conta Satélite da Economia Social
<b>CASES</b>	Cooperativa Antonio Sergio para a Economia Social
<b>CGD</b>	Caixa Geral de Depósitos
<b>CIOSFL/ TS</b>	Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor
<b>DGES</b>	Direção Geral do Ensino Superior
<b>EEG</b>	Escola de Economia e Gestão
<b>ES</b>	Economia Social
<b>EB</b>	Estudo Bibliométrico
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IPSS</b>	Instituição Particular de Solidariedade Social
<b>ISES</b>	Inquérito ao Setor da Economia Social
<b>NUTS</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
<b>OBESP</b>	Observatório da Economia Social Portuguesa
<b>OSC</b>	Organizações da Sociedade Civil
<b>UC/ UCs</b>	Unidade Curricular/ Unidades Curriculares
<b>UMINHO</b>	Universidade do Minho
<b>VAB</b>	Valor Acrescentado Bruto

## LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1. Frequência por ano de defesa .....</i>	<i>31</i>
<i>Figura 2. Orientadores com maior número de trabalhos orientados.....</i>	<i>33</i>
<i>Figura 3. Períodos com maior número de downloads .....</i>	<i>34</i>
<i>Figura 4. Períodos com maior número de consultas.....</i>	<i>35</i>
<i>Figura 5. Onze palavras-chave com mais citações.....</i>	<i>36</i>
<i>Figura 6. Frequência por temas.....</i>	<i>37</i>
<i>Figura 7. Objetivos mais frequentes .....</i>	<i>40</i>

## LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1: Classificação Internacional de CIOSF .....</i>	<i>19</i>
<i>Tabela 2: Evolução dos principais indicadores – Cooperativas.....</i>	<i>20</i>
<i>Tabela 3: Evolução dos principais indicadores - Associações Mutualista .....</i>	<i>20</i>
<i>Tabela 4: Evolução dos principais indicadores – Misericórdias .....</i>	<i>21</i>
<i>Tabela 5: Evolução dos principais indicadores: Fundações .....</i>	<i>21</i>
<i>Tabela 6: Evolução dos principais indicadores: Associações com Fins Altruísticos .....</i>	<i>21</i>
<i>Tabela 7: Dados quantitativos das entidades da ES .....</i>	<i>23</i>
<i>Tabela 8: Dados quantitativos relacionados aos colaboradores das entidades da ES .....</i>	<i>23</i>
<i>Tabela 9: Dimensões económicas e sociais das empresas .....</i>	<i>25</i>
<i>Tabela 10: Instituições portuguesas de ensino da ES .....</i>	<i>25</i>
<i>Tabela 11: Justificações com maior frequência nos trabalhos estudados.....</i>	<i>41</i>
<i>Tabela 12: Implicações mais frequentes nos trabalhos estudados .....</i>	<i>44</i>
<i>Tabela 13: Metodologias com maior frequência nos trabalhos estudados .....</i>	<i>44</i>
<i>Tabela 14: Delineamentos com maior frequência nos trabalhos estudados .....</i>	<i>46</i>
<i>Tabela 15: Resultados com maior frequência nos trabalhos estudados .....</i>	<i>47</i>

## CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O primeiro capítulo tem o propósito de apresentar o tema investigado nesta dissertação e a sua relevância para as comunidades científica e académica, através da contextualização e caracterização das publicações relativas às dissertações do mestrado em Economia Social da UMINHO e a contribuição das mesmas para o setor da ES. Neste capítulo apresenta-se a singularidade da pesquisa e o seu objetivo, além da metodologia empregue para a finalidade em questão. Por fim, identifica-se como o trabalho está estruturado.

### 1.1 Contextualização da Economia Social

Ao pretendermos abordar uma temática, temos que primeiramente, estudar os seus alicerces que se encontram na mais elementar definição das palavras utilizadas, ou seja, nos conceitos. Se dissecarmos o conceito “economia social”, temos a junção de um termo proveniente do grego “*oikonomia*”, que se traduzia em “administração de uma casa”, e outro do latim “*socius*”, que remetia para “companheiro”, originalmente “seguidor”, ficando assim realçadas as duas características obrigatórias em todas as organizações que integram a Economia Social: a preocupação para com os indivíduos e a cedência de uma importância primordial aos aspectos sociais (CASES 2011).

Com esta primeira espécie de contextualização histórica da etimologia conseguimos, desde logo, denotar a conotação de cariz solidário inerente a esta área. Aliás, segundo o Observatório da Economia Social em Portugal (CASES 2011), o propósito da Economia Social é precisamente “oferecer bens ou serviços que correspondam a necessidades sentidas pelos indivíduos a que se destinam, independentemente da sua rentabilidade económica intrínseca, procurando que essa oferta seja efectuada otimizando a relação “qualidade/ preço”, sendo essencial que todas as entidades intervenientes se evidenciem pelo (ibidem 2011):

- I. Respeito pela dimensão humana;
- II. Combate à exclusão social;
- III. Vontade de promover espaços de realização individual;
- IV. Visão democrática e participada da organização;
- V. Visão da missão organizacional que a encastra no tecido social (sem a reduzir a uma mera unidimensionalidade económica);
- VI. Autonomia de gestão;
- VII. Primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital;

- VIII. Assumpção de responsabilidades individuais e coletivas;
- IX. Desenvolvimento de um elevado grau de capital social.

Por outro lado, o historiador Guélin (1998 p. 3) define a economia social como sendo:

(...) composta por organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros.

É também fundamental enumerar as entidades que integram este setor, conforme disposto no Diário da República (2013), assim como na Lei de Bases da Economia Social (ES). Assim sendo, entende-se por Economia Social o conjunto das actividades sociais e económicas, livremente exercidas por:

- I. Cooperativas (organização autónoma, de propriedade comum e gerida democraticamente, constituída por membros de determinado grupo económico ou social, que se unem voluntariamente com o objetivo de desempenhar determinada atividade em benefício comum.);
- II. Associações Mutualistas (instituições particulares que podem ter em sua constituição um número ilimitado de associados e que tem como finalidade a solidadiedade social, particularmente no âmbito da segurança social e da saúde. Atuam no âmbito da complementaridade dos sistemas públicos de segurança social e de saúde.);
- III. Fundações (fundo autónomo, de direito público ou privado, que tem por finalidade ações definidas em seus estatutos e que ultrapassam o âmbito da própria entidade, oferecendo serviços que beneficiam a coletividade. Compõem-se pela organização de um patrimônio mas não tem proprietário, titulares ou sócios e toda sua rendibilidade deve ser reinvestida na manutenção de sua atividade fim. São dirigidas por administradores ou curadores, autorizados e fiscalizados, na conformidade de seus estatutos. São autorizadas por lei e tem suas atividades fiscalizadas no ambito da lesislatura.);
- IV. Misericórdias (com características de irmandades, tem sua identidade ligada a igreja católica e foram criadas com o intuito de prestar assistência aos necessitados. A principal area de atuação é a saúde, através de ERPIS, hospitais, clínicas, entre outros.);
- V. Instituições Particulares de Solidariedade Social (instituições constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa exclusivamente privada, com o propósito de promover a solidariedade social em setores como a segurança social, educação e saúde. Podem atuar em cooperação com o Estado a partir do momento em que se registrem, juridicamente, como pessoa coletiva

de utilidade pública.);

- VI. Associações Com Fins Altruísticos (agrupamento de pessoas com um objetivo comum, e sem finalidade lucrativa, que buscam a defesa de determinados interesses. Normalmente estas associações desenvolvem as suas atividades na nas áreas da cultura, desporto e recreio, destacando-se ainda a importância relativa da ação em segurança social e dos cultos e congregações);
- VII. Entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, constitucionalmente integrados no setor cooperativo e social (maioritariamente baldios, colectivos de trabalhadores e outras organizações de natureza comunitária);
- VIII. Outras entidades que possuam personalidade jurídica e respeitem os princípios norteadores da Economia Social.

## 1.2 Caracterização das publicações

O Mestrado em Economia Social da UMINHO, conforme descrito em seu *website*,

Posiciona-se num domínio inovador ao abordar a natureza social e histórica dos fenómenos económicos. Pretende desenvolver competências no domínio da política social, do marketing social e da estratégia de gestão para as organizações do Terceiro Setor, ao abordar temáticas emergentes como cidadania, multiculturalidade e inclusão social, turismo ou economia informal.

Está estruturado em três semestres letivos, sendo que o primeiro dedica-se a apresentar ao aluno conceitos-base de economia e estatística, estimulando no mesmo o pensamento analítico sobre a economia e outros aspectos da ES. O segundo semestre possibilita o contacto com questões relacionadas ao crescimento e desenvolvimento económico, conjugado com a possibilidade de o aluno direccionar a sua trajetória, a partir de então, de acordo com seu interesse, através da oferta de unidades curriculares de carácter inovador. O terceiro semestre destina-se a produção da dissertação, que é o trabalho de conclusão de curso e que possibilitará o alcance do grau de mestre ao aluno.

Este estudo trata da análise bibliométrica das dissertações do curso de mestrado em Economia Social da Universidade do Minho por meio de indicadores bibliométricos. Foram identificados 65 documentos-tipo no período de 2009 a 2020 sendo que, 62 deles atendem aos objetivos de análise propostos, compondo a amostra da pesquisa e, três deles não constam no *Repositorium* da Universidade e o contacto com os autores não retornou resultado.

São temas relacionados à ES, divididos em 20 áreas temáticas para viabilizar os cálculos de frequência e posterior análise das produções.

Percebe-se que de maneira geral, os estudos se voltam especialmente para o tema da educação,



área que permeia as discussões do setor da ES e podem estar correlacionadas com emprego, inserção social e cidadania.

Esta pesquisa pretende oferecer à EEG uma visão sobre as tendências recorrentes na investigação da produção acadêmica dos mestrandos do curso de Economia Social da UMINHO, de modo a identificar quais os tópicos, áreas científicas e métodos mais utilizados nas várias edições do curso de mestrado, assim como evidenciar quais destes aspectos ainda está por desenvolver.

### 1.3 Objetivo e metodologia aplicada

O objetivo deste estudo é identificar as tendências de investigação das produções académicas supracitadas, de maneira a caracterizá-las, para que possam oferecer a direção do curso algum subsídio, bem como auxiliar as novas pesquisas na área. Desse modo, responde-se às seguintes questões: O que está sendo produzido pelos mestrandos do curso de Economia Social da UMINHO sobre a temática da ES?

Espera-se com este estudo inovador das dissertações, alcançar métricas sobre o desempenho das mesmas, demonstrando, sobretudo, o nível de contribuição que estamos a conferir, enquanto pesquisadores, à comunidade, ao governo e a academia.

A análise bibliométrica, enquanto metodologia utilizada apresenta-se como um instrumento de auxílio para a pesquisa científica. Este instrumento visa refletir o interesse em buscar, nas produções académicas, informações quantitativas sobre as tendências de investigação.

Costa et al (2012 p.1), caracteriza esta metodologia como “ (...) técnica quantitativa e estatística utilizada para medir os índices de produção e dissipação do conhecimento, como também para monitorizar o desenvolvimento de áreas científicas, dos padrões de autoria, da publicação e uso dos resultados de investigação”.

Acrescentam que a produção científica é aspecto de grande importância no conjunto das atividades académicas e investigativas- instrumento pelo qual a comunidade científica mostra os resultados, a pertinência e a relevância da pesquisa refletindo, inclusive, na *performance* da instituição, dos docentes e dos investigadores, relativamente às suas atividades.

Considerando a análise bibliométrica uma ferramenta ‘rastreadora’ de tendências, o presente trabalho pretende demonstrar que ela pode ser considerada um instrumento eficaz na identificação de tendências investigativas.

Adicionalmente, pretende refletir e analisar a ‘procura’ das dissertações junto aos quesitos consultas e *downloads*, com a intenção de confirmar sua relevância para outras pesquisas, possibilitando a síntese e a categorização das mesmas, e oferecendo orientação para as investigações

futuras.

Como primeiro estudo bibliométrico realizado sobre as dissertações do curso de mestrado em Economia Social da UMINHO espera-se que o mesmo converta-se em fonte de dados fiável para a direção da EEG bem como para direcionamento de futuras investigações.

#### **1.4 Estrutura da dissertação**

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, explicados a seguir: o capítulo I refere-se à introdução, contextualizando o tema, caracterizando as publicações analisadas e apresentando os objetivos e a metodologia a ser utilizada para alcançá-los.

O capítulo II apresenta a revisão da literatura: concebida através de um panorama da ES em Portugal, e da análise das três últimas contas satélites produzidas sobre o setor; introduz a economia social enquanto área científica e faz referência ao curso de mestrado da UMINHO como suporte amostral da proposta deste trabalho.

No capítulo III e após revisão bibliográfica, serão indicados os procedimentos metodológicos utilizados para responder às questões do estudo. Insere-se no contexto a ferramenta tecnológica utilizada – a análise bibliométrica, provedora do mapeamento científico necessário para melhor entendimento das temáticas e tendências de investigação.

O capítulo IV dedica-se a análise e discussão dos resultados e, no capítulo V, serão apresentadas além da conclusão do trabalho, as perspectivas oriundas da investigação, as considerações finais, as limitações encontradas para a produção deste estudo, além de sugestões complementares para trabalhos futuros. Os direcionamentos investigativos também serão abordados.

## **CAPÍTULO II - REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Panorama da Economia Social em Portugal**

Este capítulo tem como base os resultados da terceira edição da Conta Satélite da Economia Social (CSES) relativa a 2016, e o Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES) relativo a 2018. Ambos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística em parceria com a CASES- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

As duas edições anteriores da CSES foram relativas a 2013 e 2010 e a edição de 2016 disponibiliza informação estatística atualizada que nos possibilitará uma avaliação da dimensão económica e principais características da Economia Social em Portugal. Já o ISES foi realizado em

carácter pioneiro em 2018, o que possibilita sua utilização como instrumento complementar à evolução dos resultados da CSES.

Eduardo Graça- presidente da direcção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, em sua introdução ao livro “Conta Satélite Voluntariado 2016”, ratificou a importância da estatística enquanto contributo para o conhecimento e reconhecimento do setor da Economia Social, evidenciando sua relevância na economia e sociedade portuguesa, fornecendo ao poder público informação com credibilidade acerca da realidade do setor, além de aproximar o conceito de Economia Social a sua realidade operacional.

O estudo comparativo da evolução dos resultados da Conta Satélite da Economia Social 2016 agregado aos resultados do Inquérito ao Setor da Economia Social 2018 possibilita uma visão com mais clareza sobre o cenário deste setor em Portugal.

### **2.1.1 A origem**

“Existindo indícios do século XII, onde uma versão distinta da economia social estava presente em mercearias, confrarias leigas e eclesiásticas, bolsas de comércio, companhias das naus, mútuas de gado, celeiros comuns, casas de misericórdia, grémios e montepios” (Estivill, 2017 p. 21), é essencial expor o percurso e transformação verificada ao longo de um trajecto de centenas de anos. Em fins do século XIII, precisamente em 1293 durante o reinado de D. Dinis, foi aprovada a “Bolsa dos Mercadores”, a primeira associação mutualista em Portugal, criada com a intenção de apoiar os mercadores da cidade do Porto, que pretendiam arranjar maneira de cobrir os danos consequentes da sua vida profissional.

Com um artigo dedicado à origem e progresso da Economia Social em Portugal, Jordi Estivill (2017), acredita que tal conceito serviu como crítica à economia política outrora em vigor, acabando por ser popularizado por autores portugueses da época. Popularização reforçada com a intervenção da Igreja Católica, que testemunharia o surgimento de diversas misericórdias, orientadas pelo cariz social intrínseco. Entre estas, destaca-se a Misericórdia das Caldas da Rainha, criada em 1498 e pioneira neste movimento.

Juntamente a esta permanente presença da Igreja Católica na intervenção social, focada na ajuda a pobres, órfãos, doentes, entre outros, a economia social portuguesa caracterizava-se também pela intervenção do setor público no meio rural. Os ‘Celeiros Comuns’ surgem em Portugal em 1576, podendo ser de iniciativa régia, dos municípios, das paróquias ou particulares. Temos como exemplo a criação do Celeiro Comum de Évora, em 1576, onde D. Sebastião contribuiu com 500 cruzados. Assistia-se aqui, a um sistema que visava ajudar os agricultores em maus anos de produção, épocas

onde lhes eram emprestadas sementes, cujo retorno deveria ser pago em géneros, juntamente com um reduzido juro (Caixa Geral de Depósitos 2012).

Verifica-se, até ao início da Idade Contemporânea, o surgimento de inúmeras entidades que com os séculos, se foram moldando e aproximando-se daquilo que hoje vemos como característico da Economia Social. Porém, segundo o professor Álvaro Garrido, é só no século XIX, com o contributo de Costa Goodolphim (1842-1912), o primeiro investigador-militante da economia social em Portugal, que se dá a conhecer a verdadeira realidade deste setor, pois se trata do primeiro autor responsável por 'quantificar e arrolar' as organizações da economia social.

Com trabalhos que são considerados os precursores das atuais Contas Satélite da Economia Social, Costa Goodolphim identificou, em 1883, 295 associações sendo que em 1909 já seriam 628. Notável pelo rigor com que executava os seus estudos, este investigador elaborou relatórios onde constava inclusive o número de sócios destas associações, assim como seus estatutos e alcance da ação social das mesmas. Com o seu testemunho, podemos hoje ter a percepção de que "entre os anos oitenta do século XIX e o começo da República, em 1910, a realidade associativa e mutualista conheceu em Portugal um apreciável crescimento", embora que esta atividade se tenha circunscrito principalmente a Lisboa e ao Porto (Garrido, 2017 p. 4).

Mais recentemente, com o surgimento do incontornável António Sérgio (1883-1969), a economia social portuguesa reforçou o seu posto, tendo assistido, por conta deste pedagogo, à promoção do cooperativismo associativo, com o surgimento de diversas entidades desta natureza.

É a partir e em homenagem a esta figura que é criada a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social- CASES, que entre outras plataformas e redes, juntamente com um crescente número de teses, pesquisas, publicações e artigos dedicados ao conceito de economia social, permitem um vigoroso e enriquecido progresso académico, do qual é prova o curso de mestrado em que nos encontramos (Estivill, 2017).

Conforme descrito pelo Observatório da Economia Social em Portugal e endossado pela CASES (2011 p. 3), a Economia Social "detém um conjunto de vantagens que nenhum dos demais setores possui":

- A capacidade de detectar novas necessidades e criar empregos;
- A capacidade de mobilizar e movimentar forças e criar as mais diversas e numerosas redes;
- A capacidade de fomentar aquilo que se designa como capital social;
- A capacidade de utilizar corretamente os recursos que provêm da redistribuição.

## 2.1.2 Economia Social em Portugal

As informações estatísticas são os dados mais fiáveis nos quais governo e sociedade podem se debruçar para perceber as dimensões e proporções de um determinado fato econômico. São estes dados os alicerces para a implementação de medidas seguras que possam gerar resultados concretos.

Para fins deste estudo será utilizada a tabela abaixo, que está em acordo com a Lei de Bases da Economia Social, e onde as unidades da CSES foram agregadas em grupos de entidades que atuam em diversos setores, subdivididos conforme a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOUSFL/TS), retirado do livro da CSES 2016, página 70.

Tabela 1: Classificação Internacional de CIOSFL (adaptado pela autora)

Secção	Exemplos de atividades
A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	Artes visuais e do espetáculo, museus, zoos, parques, sítios históricos e instituições similares, atividades desportivas, informação e comunicação, entre outras.
B - Educação	Ensino pré-escolar, primário e secundário, institutos politécnicos e universidades, serviços de apoio à educação, entre outras.
C - Saúde	Serviços de saúde em regime de ambulatório geral e especializado, resposta de emergência médica, laboratórios médicos e de diagnóstico, hospitais e estabelecimentos de cuidados continuados integrados com alojamento, lares de idosos, entre outras.
D - Serviços sociais	Serviços de apoio à criança, à juventude, aos idosos, às pessoas com deficiência e às famílias, abrigos temporários, serviços de emergência e resgate, apoio a refugiados, atividades de formação ou aconselhamento vocacional, entre outras.
E - Atividades de proteção ambiental e de bem-estar animal	Atividade de gestão de terrenos e de água, combate e controle da poluição, ecoturismo, agricultura biológica e florestas, gestão e proteção de recursos naturais, santuários e abrigos animais, serviços de veterinária, atividades de saúde e bem-estar animal, entre outras.
F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	Construção de habitação e infraestruturas, atividades de desenvolvimento comunitário e económico, gestão e manutenção da habitação, serviços de utilidade pública e gestão de resíduos, autogoverno das comunidades autóctones, entre outros.
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	Organizações de defesa de direitos, organizações de defesa da conservação do ambiente e do bem-estar animal, clubes sociais e outras organizações a serviço dos membros, organizações de participação social para idosos, actividades de participação cívica, jurídica e social, partidos políticos, ação política, lobbying e actividades similares, atividades internacionais, entre outras.
H - Filantropia e promoção do voluntariado	Fundações para o financiamento (filantropia) e outros intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado.
I - Religião	Congregações religiosas e outras associações religiosas.
J - Organizações empresariais e profissionais	Associações empresariais e patronais, associações profissionais e sindicatos, entre outras.
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	Serviços de investigação e testes científicos, serviços jurídicos e de mediação, contabilidade e serviços relacionados, relações públicas e serviços relacionados, serviços de gestão e administrativos, entre outras.
L - Outras atividades	Agricultura, silvicultura e pesca, indústria, alojamento, restauração e similares, comércio, atividades de transporte e armazenagem, atividades financeiras e de seguros, atividades imobiliárias, entre outras.

Fonte: INE – Conta Satélite da Economia Social (2010)

Em 2010, a inédita Conta Satélite da Economia Social recenseou aproximadamente 55.000 entidades da ES que geraram 2,8% do VAB, 4,7% do emprego total e 5,5% do emprego remunerado. As remunerações pagas pela ES representaram 4,6% do total das remunerações. E a remuneração média nas entidades da ES correspondia a 83,1% da média nacional.

Em 2016, 71.885 entidades recenseadas da ES geraram 3,0% do VAB, 2,7% da produção nacional, 5,3% do emprego total e 6,1% do emprego remunerado. A remuneração média nas entidades da ES correspondia a 86,3% da média nacional.

Face a 2013, o número de entidades da ES aumentou em 17,3%, o VAB 14,6%, o emprego remunerado 8,8% e o emprego total 8,5%, registando um desempenho mais favorável do que o observado na economia nacional (o VAB cresceu 8,3%, o emprego remunerado 7,2% e o emprego total 5,8%).

Dados que poderão ser acompanhados nas tabelas que se seguem.

*Tabela 2: Evolução dos principais indicadores - Cooperativas*

	<b>2010</b>	<b>2013</b>	<b>2016</b>
Número de Cooperativas (N.º)	2260	2 117	2 343
VAB (10 <sup>6</sup> euros)	747,0	489,5	604,2
Remunerações dos empregados (10 <sup>6</sup> euros)	657,0	564,4	572,2
Emprego remunerado - ETC (N.º)	31783	24 316	24 402

*Fonte: INE – Conta Satélite da Economia Social (2013, 2016, 2019)*

*Tabela 3: Evolução dos principais indicadores - Associações Mutualistas*

	<b>2010</b>	<b>2013</b>	<b>2016</b>
Número de Associações Mutualistas (N.º)			
VAB (10 <sup>6</sup> euros)	332,0	352,2	388,0
Remunerações dos empregados (10 <sup>6</sup> euros)	176,0	216,4	212,1
Emprego remunerado - ETC (N.º)	4537	4 896	4 842

*Fonte: INE – Conta Satélite da Economia Social (2013, 2016, 2019)*

Tabela 4: Evolução dos principais indicadores - Misericórdias

	2010	2013	2016
Número de Misericórdias (N.º)			
VAB (10 <sup>6</sup> euros)	518,0	541,2	596,6
Remunerações dos empregados (10 <sup>6</sup> euros)	426,9	477,5	555,3
Emprego remunerado - ETC (N.º)	32493	35 469	39 445

Fonte: INE – Conta Satélite da Economia Social (2013, 2016, 2019)

Tabela 5: Evolução dos principais indicadores: Fundações

	2010	2013	2016
Número de Fundações (N.º)	537	578	619
VAB (10 <sup>6</sup> euros)	361,0	250,9	332,3
Remunerações dos empregados (10 <sup>6</sup> euros)	215,0	236,3	304,3
Emprego remunerado - ETC (N.º)	10604	10 871	14 113

Fonte: INE – Conta Satélite da Economia Social (2013, 2016, 2019)

Tabela 6: Evolução dos principais indicadores: Associações com Fins Altruísticos

	2010	2013	2016
Número de Associações com Fins Altruísticos (N.º)	52086	57196	66761
VAB (10 <sup>6</sup> euros)	2301,0	2566,3	2896,9
Remunerações dos empregados (10 <sup>6</sup> euros)	2480,0	2472,3	2673,9
Emprego remunerado - ETC (N.º)	146630	140050	151779

Fonte: INE – Conta Satélite da Economia Social (2013, 2016, 2019)

Em uma breve análise percebe-se na distribuição do VAB 2016, realizado por grupos de entidades, que as ACFA concentraram 60,1%, as Cooperativas 12,5% e as Misericórdias 12,4% do total do VAB da ES, observando-se uma inversão de posições entre Cooperativas e Misericórdias, face aos relatórios anteriores.

A remuneração média (por ETC remunerado da ES) foi inferior a da economia nacional (86,3%), a apresentar dispersão significativa entre as entidades. As Associações Mutualistas constituíam o grupo da ES com a remuneração média mais elevada, seguindo-se as Cooperativas e as Fundações,



ambas com remunerações superiores a economia nacional.

Numa ótica territorial (NUTS II), a região Norte detinha 32,6% das unidades da CSES, seguido pelo Centro (25,2%) e pela Área Metropolitana de Lisboa (23,1%). Percebe-se que apesar do aumento do número de entidades, a estrutura regional manteve-se próxima a observada em 2013, com mudança pouco significativa relativamente às regiões anteriormente citadas. Ao que tudo indica este estudo territorial não foi realizado em 2010.

Sobre a ótica do financiamento, o Observatório da Economia Social em Portugal, dá conhecimento que (CASES 2011 p. 2) “sem dependerem exclusivamente dos fundos públicos, as organizações da economia social, apoiam-se, em geral, em quatro fontes de financiamento”:

- Fundos públicos;
- Fontes privadas;
- Rendimentos provenientes da venda de bens e serviços;
- Rendimentos provenientes das contribuições dos próprios utilizadores.

Referente a 2010 o setor da economia social apresentou uma necessidade líquida de financiamento de 570,7 milhões de euros. Esta necessidade foi seguida por uma retração e agravou-se novamente em 2016, passando de 412 milhões de euros em 2013, para 598,4 milhões de euros em 2016. Comparativamente, nesse período, a economia nacional registou uma redução da capacidade líquida de financiamento (3.945,6 milhões de euros em 2013 para 1.951,6 milhões de euros em 2016). Daí a importância complementar do Inquérito sobre a Economia Social onde foi abordada a questão sobre qual estratégia utilizada para manter as entidades em funcionamento.

Como informação complementar, será adicionado aos resultados analisados da CSES dados sobre género e remuneração, além da formação escolar dos dirigentes de topo da direção das entidades. Para tanto, será utilizado os resultados do Inquérito ao Setor da Economia Social, apresentado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), realizado entre 17 de junho e 18 de setembro de 2019, relativo ao ano 2018. Pioneiro no âmbito do Sistema Estatístico Nacional abrangeu 6.019 entidades da Economia Social tendo sido obtidas 3.550 respostas válidas (cerca de 60% da amostra).

Faz-se importante destacar que o ISES não considerou o Universo da Conta Satélite da Economia Social (CSES) 2016, mas sim as instituições que tinham sinal evidente de atividade no ano 2018.

O inquérito foi dirigido aos membros da direção de topo das entidades e teve em consideração as metodologias recomendadas a nível internacional, e utilizadas no âmbito da compilação da Conta Satélite da Economia Social. O documento metodológico e questionário podem ser consultados nos endereços electrónicos disponibilizados nas referências bibliográficas.

Seguindo a metodologia utilizada na produção da CSES, foi utilizada, pelo Inquérito ao Setor da

Economia Social divisão semelhante para agrupar as entidades da ES, sendo que quatro das cinco entidades assim classificadas foram inquiridas exaustivamente: Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias e Fundações. Para o grupo das Associações com fins altruísticos foi selecionada uma amostra por dimensão da entidade.

Dentre os resultados obtidos, será analisado, por 'entidade' atribuída: quantas empresas estiveram em efectivo funcionamento, quantas pessoas tinham vínculo laboral, qual gênero mais emprega, qual a média dos salários pagos e qual percentual dos membros da direção de topo possuíam grau superior.

*Tabela 7: Dados quantitativos das entidades da ES*

	Unidades em funcionamento	Número de empregados com vínculos laborais
Cooperativas	2.012	25.086
Associações Mutualistas	91	5.327
Misericórdias	377	42.518
Fundações	574	15.290
AFA	61.080	179.918
<b>Total</b>	<b>64.134</b>	<b>268.139</b>

*Fonte: INE – Inquérito ao setor da Economia Social (2018)*

*Tabela 8: Dados quantitativos relacionados aos colaboradores das entidades da ES*

			Remuneração média mensal	Grau superior instrução dos membros direção de topo
Cooperativas	44,6%	55,4%	1.253	40,5%
Mutualistas	39,0%	61,0%	2.773	39,0%
Misericórdias	15,1%	84,9%	857	44,0%
Fundações	22,6%	77,4%	1.085	76,4%
AFA	28,2%	71,8%	874	49,7%
<b>Média</b>	<b>29,9%</b>	<b>70,1%</b>	<b>1.368</b>	<b>49,9%</b>

*Fonte: INE – Inquérito ao setor da Economia Social (2018)*

### 2.1.3 Síntese da subsecção

Concluída esta subsecção, é possível perceber um aumento gradual da importância da ES na economia e sociedade portuguesa, a atuar como promotora da equidade, à medida que fornece serviços complementares ao Estado e democratiza o acesso às áreas da saúde, assistência social, educação e cultura, entre outras, com efeitos positivos para a sociedade.

Através das entidades promotoras da divulgação do panorama da economia social, como a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), que juntos fornecem uma importante fonte estatística- a Conta Satélite da Economia Social, foi possível por exemplo, demonstrar o crescimento do número de empresas, assim como o número de pessoas empregadas e envolvidas nesta área. Adicionalmente, ao comprovar o aumento do valor gerado para a economia (VAB), a Economia Social prova, uma vez mais, a importância que o terceiro setor possui no país, e sua contribuição para a inclusão social e profissional.

## 2.2 A Economia Social como área científica

Como observaram Defourny e Nyssens (2012 p.10), nas últimas décadas:

O estudo sobre as perspectivas do empreendedorismo social tornou-se tema relevante, sendo incorporado ao discurso das universidades e fomentando o estabelecimento de redes- como a Rede Europeia de EMES Research, ou a Rede Social de Conhecimento Empresarial (SEKN), além da organização de programas de apoio e formação para empresas e empreendedores sociais propostos por várias instituições. Movimento este, que acabou por fomentar a adoção de leis para impulsionar as empresas sociais em vários países europeus.

No ano seguinte, em artigo publicado na Revista da Associação Espanhola de Contabilidade e Administração de Empresas, Raja e Franco apontavam para o surgimento de uma nova concepção de empreendimento social, que ao buscar agregar oportunidade de negócio e progresso social, traduzia-se num inovador modelo estratégico, então denominado empresa social. “Tais empresas buscariam simultaneamente, a criação de valor econômico e social, mas, tendo como objetivo principal, o alcance do impacto social positivo e mensurável” Raja e Franco (2013 p. 6),

Mais recente, estudos de Moura et al (2015) confirmam que as últimas décadas indicavam tendência colaborativa entre organizações da sociedade civil (OSC)<sup>1</sup>, governos e empresas na luta contra problemas sociais e ambientais, priorizando o diálogo e colaboração inter-setorial como

---

<sup>1</sup> Organizações da Sociedade Civil - designa todas as formas de ação social levadas a cabo por indivíduos ou grupos que não emanam do Estado nem são por ele determinadas. [https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/civil\\_society\\_organisation.html?locale=pt](https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/civil_society_organisation.html?locale=pt)

estratégia para a solução de problemas. Para além das novas parcerias constituídas, conforme citam Petrini et al (2016 p. 210) verificou-se o aumento de uma particularidade de organizações, que combinam “sustentabilidade financeira e criação de valor social, finalidades supostamente antagônicas. Estas organizações inovadoras passam a ser denominadas empresas sociais, empresas inclusivas ou negócio de impacto social, e tem a finalidade de resolver problemas sociais de forma sustentável”.

Ilzuka et al (2015), corroboram com as informações acima ao reafirmar que as organizações que visam lucro simultaneamente a produção de impacto social ou ambiental, são consideradas empresas sociais, e tidas como alternativa ao capitalismo, a partir do momento que as atividades executadas tendem a gerar benefícios econômicos, sociais e/ ou ambientais.

Ao analisar as afirmações acima, é possível perceber que a temática tem sido alvo de pesquisas e publicações e que está em processo de expansão na medida em que as instituições que compõem o setor estão a se adaptar na busca por conciliar a sustentabilidade com o impacto social almejado.

Segue-se uma das definições mais utilizadas proposta por EMES (l'émurgence des Enterprises Sociales en Europa) e analisada por Defourny (2001). Definição que parte das dimensões económicas e sociais, conforme tabela abaixo:

*Tabela 9: dimensões económicas e sociais das empresas*

Dimensão Económica	Dimensão Social
Atividade continuada de produção de bens ou venda de serviços;	Objetivo explícito de beneficiar a comunidade;
Alto grau de autonomia;	Iniciativa tomada por um grupo de cidadãos;
Nível significativo de risco económico;	O poder de decisão não se baseia na propriedade do capital;
Quantidade mínima de trabalho remunerado.	São de natureza participativa, envolvendo as diferentes partes afetadas pela atividade;
	Distribuição limitada dos lucros.

*Fonte: produzido pela autora com base em EMES (l'émurgence des Enterprises Sociales en Europa)*

Em 1837 Matteo de Augustinis- advogado e economista napolitano, afirmava em seu livro “Istituzioni di economia sociale”, a existencia de espaços ocultos da economia social por elucidar e conhecer (Estivill 2017). Se tal informação se configurava verdade no início do século XIX, na atualidade tem sua importância redobrada, embora a produção de conhecimento sobre economia social tenha progredido bastante.

Ainda segundo Estivill (ibidem) faz-se importante para a economia social se estabelecer como

ciência da produção e do consumo associativos livres, que estuda as condições sociais para reformá-las, estabelecendo e priorizando o princípio da justiça.

Pode-se então perceber que, em seu percurso histórico o setor passou por várias fases, entre elas a do surgimento dos cursos superiores em Economia Social, criado inicialmente em Portugal pela Universidade de Coimbra em 1981.

Atualmente e, segundo o site da DGES, com informações complementadas por uma busca ao site de pesquisa Google em janeiro de 2021, Portugal conta com os seguintes cursos relacionados com a área da Economia Social, conforme abaixo.

*Instituições portuguesas de ensino da ES*

ENSINO PÚBLICO	ENSINO PRIVADO
Pos graduação	
UNIVERSIDADE DE COIMBRA - Economia Social: Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade	UCP PORTO - Gestão de Organizações de Economia Social
COIMBRA BUSINESS SCHOOL - Gestão das Instituições da Economia Social	PORTO EXECUTIVE ACADEMY - Gestão das Entidades da Economia Social
ISCSP- INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - Gestão e Desenvolvimento de Organizações da Economia Social	INSTITUTO PIAGET – Gestão de Serviços de Economia Social
	ISSSP- INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DO PORTO - Gestão de Organizações da Economia Social
	UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE LISBOA - Economia Social: Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade
Mestrado	
ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA - PORTO
UNIVERSIDADE DO MINHO	
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM	
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	

*Fonte: Elaborado pelo autor com base em sites de busca*

## 2.3 O curso de mestrado em Economia Social da UMINHO

Segundo informação disponível no *website* da Universidade: (...) “O Curso de Mestrado em Economia Social visa dar resposta às demandas de investigadores e licenciados, posicionando-se num domínio inovador que aborda a natureza social e histórica dos fenómenos económicos.”

E mais, (...) “Almeja criar e desenvolver competências no domínio da política social, do marketing social e da estratégia de gestão para as organizações do Terceiro Setor, abordando ainda temas emergentes como cidadania, multiculturalidade e inclusão social, turismo e economia informal”.

Para se criar um vínculo entre bem-estar social e os padrões económicos atuais, com consequências no desempenho cotidiano, torna-se importante a oferta de subsídios a possibilitar análises aprofundadas, como também o desenvolvimento e aprimoramento de competências e estratégias de gestão. Com este objetivo o curso foi organizado em aulas presenciais e *online*, seminários e leituras orientadas. O primeiro semestre figura-se como de qualificação estruturante, explorando conteúdos das Ciências Económicas e Estatísticas. A partir do 2º semestre os alunos tem a opção de eleger disciplinas conforme interesse pessoal, sendo estas opções de perfil inovador, em domínios variados, mas, afins a temática do curso.

(...) Os setores de potencial empregabilidade para os alunos estão ligados às áreas da Economia, sobretudo Economia Social, Economia do Turismo e Economia das Instituições. O histórico de mestres em Economia Social encontra acolhimento profissional em organismos públicos (Câmaras Municipais, Direções Regionais e Associações de Municípios) assim como em organismos do Terceiro Setor (Misericórdias, Centros Sociais e Paroquiais, Associações de Desenvolvimento Local e Social, Delegações da Cruz Vermelha e instituições de microcrédito). Alguns destes profissionais optam em continuar no caminho da investigação, tendo seus trabalhos publicados em revistas científicas internacionais e/ou premiados na academia.

## CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, pretende-se descrever as etapas percorridas e os critérios estabelecidos na busca pelos resultados da questão investigativa.

Será apresentada a metodologia utilizada para a pesquisa, inclusive a ferramenta tecnológica de apoio aplicada, assim como a base de dados utilizada para consecução dos resultados deste estudo.

### 3.1 Análise bibliométrica, razões para se efetuar e ferramentas de apoio.

O processo metodológico desta investigação caracteriza-se como uma análise bibliométrica: estudo de caráter descritivo, com abordagem quantitativa, que visa contribuir estatisticamente para avaliar as tendências de produções e atividades científicas em diversas áreas do conhecimento ou numa área específica. A bibliometria, assim, possibilita a construção de indicadores destinados a avaliar a produção científica de indivíduos, áreas de conhecimento ou países.

Segundo Silva et al (2011) apesar de se configurar passível de críticas devido à especificidade quantitativa de sua abordagem, os indicadores têm sido utilizados na valoração de pesquisadores e áreas de conhecimento, sendo sua produção e interpretação tarefa que exige o domínio de conhecimentos em diferentes áreas, possibilitando ampliar o foco da mensuração da produção científica, a fim de aplicar suas técnicas na compreensão contextualizada das produções. Os princípios do conceito remontam ao início do século XIX, evoluindo nos fundamentos, técnicas e aplicações de métodos, e o seu desenvolvimento principal deu-se no final da década de 1960, quando Pritchard cria o termo 'bibliometria' que passa então a ser definida como a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos aos meios de comunicação, fossem eles livros ou outros documentos.

Ainda segundo Silva et al (2011 p. 113)

“ (...) a análise bibliométrica antecede o advento do Institute for Scientific Information (ISI)- atual Thomson Reuters, entretanto, na visão de Jacobs (2010) a disponibilidade do acesso online as bases de dados (Science Citation Index Social Sciences Citation Index) e seus indicadores de impacto (JIF) teve um efeito catalisador sobre a popularidade e alcance das pesquisas bibliométricas.”

As autoras (ibidem) sugerem que é de suma importância que os resultados do estudo bibliométrico sejam analisados tendo em consideração o contexto histórico e social em que são produzidos, numa associação com outros métodos e referências teóricas. Acrescentam que além da bibliometria descritiva e avaliativa, Thelwall (2008, p. 606) menciona a bibliometria relacional, que “(...) busca iluminar as relações no âmbito da investigação, como a estrutura cognitiva dos campos de pesquisa, o surgimento de novas frentes de pesquisa, nacionais ou internacionais e os padrões de co-autoria”. A metodologia aqui adotada tem se atualizado ao longo do tempo e, acompanhando a evolução tecnológica, diversas ferramentas informáticas estão a ser criadas como apoio à análise bibliométrica.

O desenvolvimento de softwares especializados pode ser considerado um aspecto importante e impulsionador à realização de análises bibliométricas. Atualmente existem softwares livres e particulares, e alguns exemplos são o Biblioshiny- desenvolvido para a linguagem R, o VOSViewer- que

adota o método VOS (Visualization of Similarities) para definir os nós e ligações de sua rede, ou o CiteSpace, que fundamenta-se na análise de redes que possibilitam a exploração da paisagem intelectual de uma área científica, entre outros.

Silva, et al (2011) citam Thelwall (2008) ao referirem que outra considerável mudança na bibliometria decorre da disponibilidade e fácil acesso às novas fontes de informação, como as páginas web e a utilização de bibliotecas digitais.

Visando enriquecer esta pesquisa, utilizou-se como instrumento complementar o *website*: Online Utility (<https://www.online-utility.org/>). Com as atividades iniciadas em abril de 2006, em dezembro de 2009, o site foi actualizado com nova versão do *software*, tornando-o totalmente compatível com navegadores padrão. Concebido para fornecer o máximo possível de ferramentas *online* para usuários ao redor do mundo, o uso destas ferramentas reafirma-se como gratuito, e podem ser consideradas como acessório para sistemas operacionais *online* (como o Chrome OS).

Torna-se assim possível a partir da utilização da base de dados e dos critérios identificados a seguir, e utilizando a metodologia supracitada, apresentar e analisar o desempenho das dissertações com relação a temática deste estudo, caracterizando as vertentes abordadas, e as direções para as quais estas pesquisas tendem.

### **3.2 Base de dados, critérios estabelecidos e amostra.**

As dissertações analisadas nesta investigação estão indexadas ao RepositoriUM da UMINHO, plataforma bibliográfica multidisciplinar, que compila variedade de publicações produzidas por professores, acadêmicos ou conjuntamente. A extração da amostra foi realizada em outubro de 2020.

A cobertura temporal abrange o período que este curso de mestrado está em actividade, e conta com 65 dissertações publicadas.

Foi definido como critério, a sistematização de informações e o cálculo da frequência das mesmas, para posterior análise.

### **3.3 Processamento de dados para mapeamento científico**

Em artigo intitulado Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo, Silva et al (2011) sugerem que abordagem da bibliometria, aliada à disponibilidade de novas fontes de informação na *web* e em bibliotecas digitais, tem possibilitado criar indicadores para variadas áreas científicas, ampliando o alcance de uma ciência realizada manualmente em seus primórdios.

A análise bibliométrica, abordagem focada em estudos de investigação, examina os seguintes



campos, considerados essenciais para perceber a evolução das publicações científicas:

- identificação dos autores e dos orientadores,
- identificação dos temas e das palavras chaves,
- análise da evolução destes indicadores;
- análise da perceção de indicadores de 'busca' dos referidos produtos, nomeadamente,

evolução dos acessos, leituras ou downloads.

Como sugerido por Mourão e Martinho (2020), o pré-processamento priorizou o reconhecimento e eliminação de itens duplicados e a identificação de erros ortográficos e palavras similares ou sinônimas, escritas no singular e no plural, visando o agrupamento dos termos e obtendo uma base de dados confiável.

#### **CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste capítulo será estudada a distribuição de frequência das variáveis mais utilizadas em estudos do gênero.

Apresentar-se-á uma análise dos estudos referentes às dissertações de mestrado em Economia Social da Universidade do Minho, onde se revelam diversos indicadores do impacto dos trabalhos.

Exploram-se os seguintes pontos: (i) espaço temporal em que se concentram os trabalhos; (ii) distribuição das dissertações por orientador; (iii) distribuição da frequência de downloads; (iv) distribuição da frequência por número de consultas; (v) distribuição das palavras chave, (vi) distribuição dos temas; (vii) distribuição dos objetivos e; (viii) distribuição das metodologias.

Com o auxílio do recurso tecnológico '*text analyzer*', foi realizado um mapeamento das dissertações, explorando a coocorrência de palavras-chave. Assim, tornou-se possível a criação de redes temáticas e a visualização de suas respectivas intensidades, que auxiliam na concepção do direcionamento apontado pela temática.

Conforme necessidade recorreu-se ao texto completo para excluir qualquer dúvida.

Os textos utilizados estão disponíveis no RepositoriUM.

Finalmente, e como objetivo deste estudo, serão discutidos os resultados com maior incidência nas amostras e as tendências das dissertações no curso de mestrado de ES.

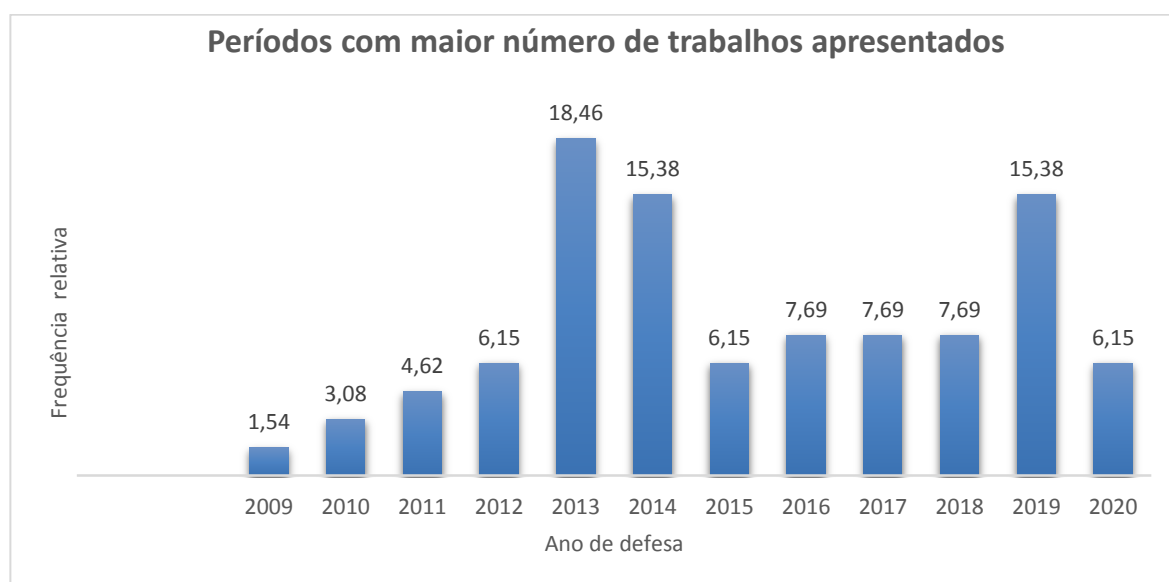
## 4.1 Visão geral dos estudos das dissertações no contexto da Economia Social

O estudo proposto foi realizado considerando 65 dissertações, apresentadas e defendidas no período 2009/ 2020. Destas 65 não foi possível o acesso às informações completas de três delas, tendo como consequência a alteração da base do cálculo de frequência, que variou entre 62 e 65.

Foi identificado, pela quantidade de estudos analisados, que não há temas com recorrência expressiva, sendo a ES um campo com muitas vertentes a serem exploradas.

### 4.1.1 Temporalidade

Figura1. Frequência por ano de defesa



Fonte: elaborado pela autora .

Ao buscar um critério para analisar os dados compilados discutimos, eu e o orientador, se o ideal seria separar os cinco ou seis primeiros anos de existência do curso e os cinco ou seis anos posteriores. Mas ao analisar a frequência pelo ano da defesa, percebeu-se que usando o ano de 2014 (inclusive) como separador, estaria a ser analisada praticamente a metade (49,23%) das dissertações já aprovadas. Então, a decisão de estabelecer o ano 2014 (inclusive) como separador dos dados em dois grupos distintos para análise se deu por este critério.

Ao analisar o gráfico, é possível perceber que dentre as 65 dissertações analisadas, o ano de 2013 concentra o maior valor relativo das mesmas, com o total de doze trabalhos, tendo este número aumentado substancialmente em comparação com os anos anteriores. As dissertações publicadas neste ano representam 18,46% da base investigativa.

2014 também teve grande incidência de publicações, com o total de dez trabalhos,

representando 15,38% da base investigativa e, a partir deste ano a incidência volta a diminuir, mantendo um patamar de 7,30% - o que equivale a cinco publicações por ano, até 2019, quando o valor relativo retoma a casa dos 15,38%, com dez trabalhos apresentados, descendo para a casa dos 6,15% em 2020, com apenas seis trabalhos.

Uma possível razão pode ser encontrada ao voltarmos o olhar para a Conta Satélite da ES, pois que os dados divulgados em 2016, face aos divulgados em 2013 foram positivos, apresentando o seguinte desenvolvimento: aumento de 17,3% no número de entidades da ES, aumento de 14,6% no VAB, de 8,8% no emprego remunerado e de 8,5% no emprego total. Este incremento nos números, que provavelmente foi percebido pela sociedade no período, ao assistir a esta evolução da Economia Social, pode estar relacionado ao interesse gerado pelo assunto e que se verificou com o aumento da produção de dissertações observadas no mesmo período. É possível considerar a hipótese de que a divulgação dos resultados da Conta Satélite referente ao período 2013/ 2016 tenha 'trazido à tona' a importância do setor cooperativo e social para a economia de Portugal, refletindo-se numa atenção reforçada sobre a Economia Social, sobre os Cursos de Economia Social e sobre as teses originadas nos Cursos de Economia Social (Braga, 2019).

Em paralelo, assistiu-se nas últimas décadas a um acelerado incremento tecnológico, com reflexos percebidos, inclusive, no ambiente escolar. Estamos na era em que a informação está disponível à distância de um 'clic'. Segundo Silva (1998) como consequência desta 'modernização' torna-se imprescindível a reformulação das metodologias de ensino, visando incentivar uma vertente mais experimental, recorrendo de forma gradual e combinada, ao uso das tecnologias, e estimulando a investigação científica como caminho para a construção do conhecimento.

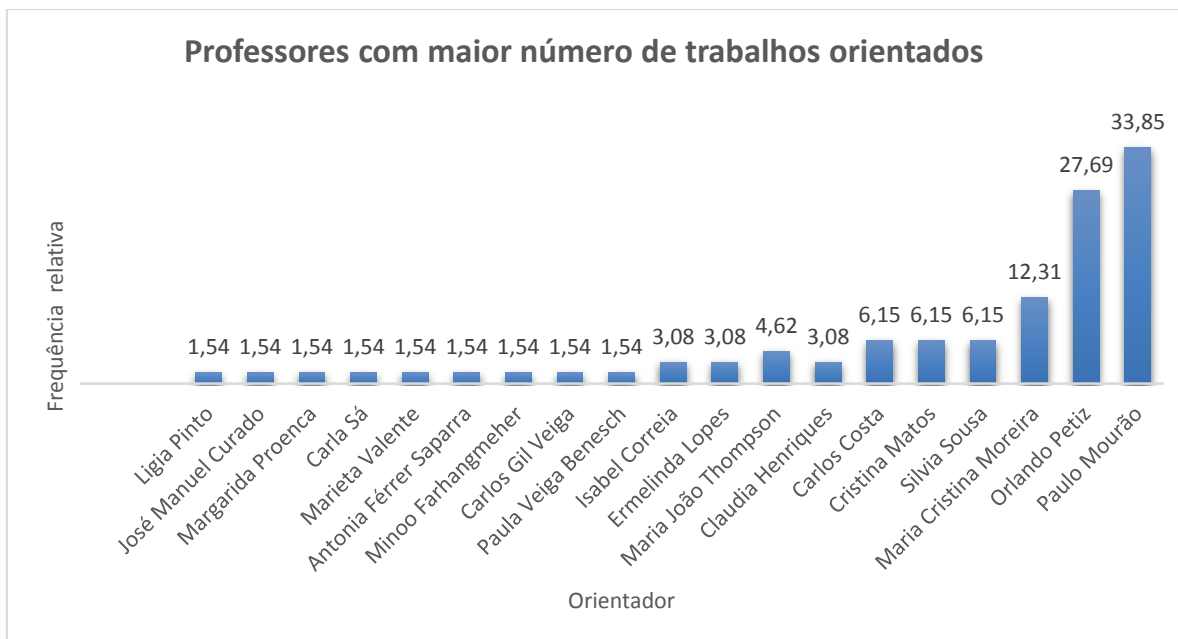
Este autor prossegue a sugerir que este novo cenário implica em uma alteração do papel do professor e uma mudança na estruturação do processo ensino/aprendizagem, onde idealmente o professor tenha um papel mais ativo enquanto estimulador na busca pelo conhecimento, mais colaborativo na geração do saber e esteja mais acessível ao aluno para orientá-lo durante seu percurso.

O gráfico ao demonstrar estas oscilações torna-se um convite à reflexão sobre a irregularidade no número de defesas realizadas por ano, e pode estar também relacionado com a composição das turmas, a motivação dos alunos ou à questões relacionadas a direção do curso, no sentido de incentivar a produção dos respectivos trabalhos.

Sugere-se investigar as razões de tamanha oscilação.

#### 4.1.2 Freqüência por orientador

Figura2. Orientadores com maior número de trabalhos orientados



Fonte: elaborado pela autora.

Durante os doze anos em que foram analisadas as dissertações, houve um total de 19 professores orientadores. Deste total, nove professores ou 47,36% orientou apenas uma dissertação, o que equivale a 13,84% das dissertações defendidas. E dez professores (52,64%) orientaram 56 trabalhos, o que equivale a 86,16% das dissertações.

Em referência ao agrupamento 2009/ 2014 e 2015/ 2020, percebe-se em ambos a supremacia das orientações do professor Paulo Mourão, com 22 dissertações orientadas, sendo que no primeiro período analisado, ele está seguido pela professora Maria Cristina Moreira, com oito dissertações orientadas e, no segundo período, seguido pelo professor Orlando Petiz, com 18.

Nota-se que as orientações a cargo da professora Maria Cristina Moreira concentram-se, maioritariamente (75%), no período 2009/ 2014. As orientações do professor Orlando Petiz concentram-se no período seguinte 2015/ 2020, com o total de 83,3% das suas orientações, realizadas neste período.

Estes dados, se analisados no contexto da oferta de UCs, estão a apontar para o fato que o segundo semestre do curso, compreendido por quatro UCs, possibilita ao aluno estar em contato com o professor Paulo Mourão em até três das UCs, a depender do direcionamento dado ao percurso acadêmico, através da escolha das UCs optativas. Ademais, dentre as UCs obrigatórias do segundo semestre, uma delas tem sido lecionada principalmente pelo professor Paulo Mourão (Economia das Instituições) e a outra, que se trata do Projeto e Competências Transversais também pode, conforme

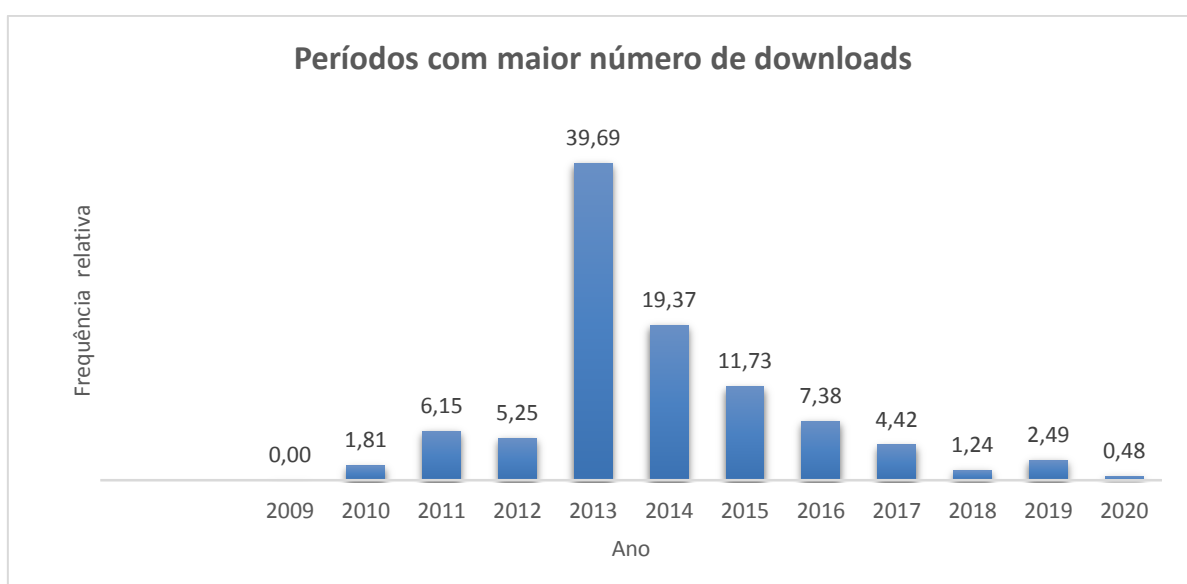
escolha do aluno, ser orientada pelo referido professor.

Seria relevante para esta análise a informação sobre o fato de algum co-orientador não pertencer ao quadro de docentes da UMINHO, possibilidade remota, porém prevista no Artigo 169, item 3, do Regulamento Acadêmico da Universidade do Minho.

Detalhe que chamou atenção ao realizar a frequência atribuída aos orientadores foi o fato da soma das frequências ser superior a 100%. Ao revisar a compilação de dados original, percebe-se que em 20% das dissertações há mais de um orientador responsável, o que justifica tal 'detalhe' percebido.

### 4.1.3 Frequência por *downloads*

Figura 3. Períodos com maior número de *downloads*



Fonte: elaborado pela autora .

Relativamente à frequência dos *downloads* realizados através do RepositoriUM (19.976), percebe-se, através do gráfico, que 72,7% dos *downloads* (14.438) concentram-se no primeiro período analisado, tendo o ano de 2013 especial destaque em relação aos demais, com 7.929 downloads. Assim como o fato deste ser também o ano com maior número de trabalhos apresentados, o que nos sugere que os alunos estiveram a utilizar o RepositoriUM como fonte de pesquisa para suas dissertações.

Os trabalhos realizados no período 2013 a 2015 apresentaram os números mais relevantes da série temporal em relação ao número de *downloads*- 14.141, e o atípico ano de 2020 obteve o número mais baixo de *downloads*- 96, não atingindo a casa de 1%, seguido por 2018, com pouco mais de 1%- 248.

#### 4.1.4 Frequência por consultas

Figura 4. Períodos com maior número de consultas



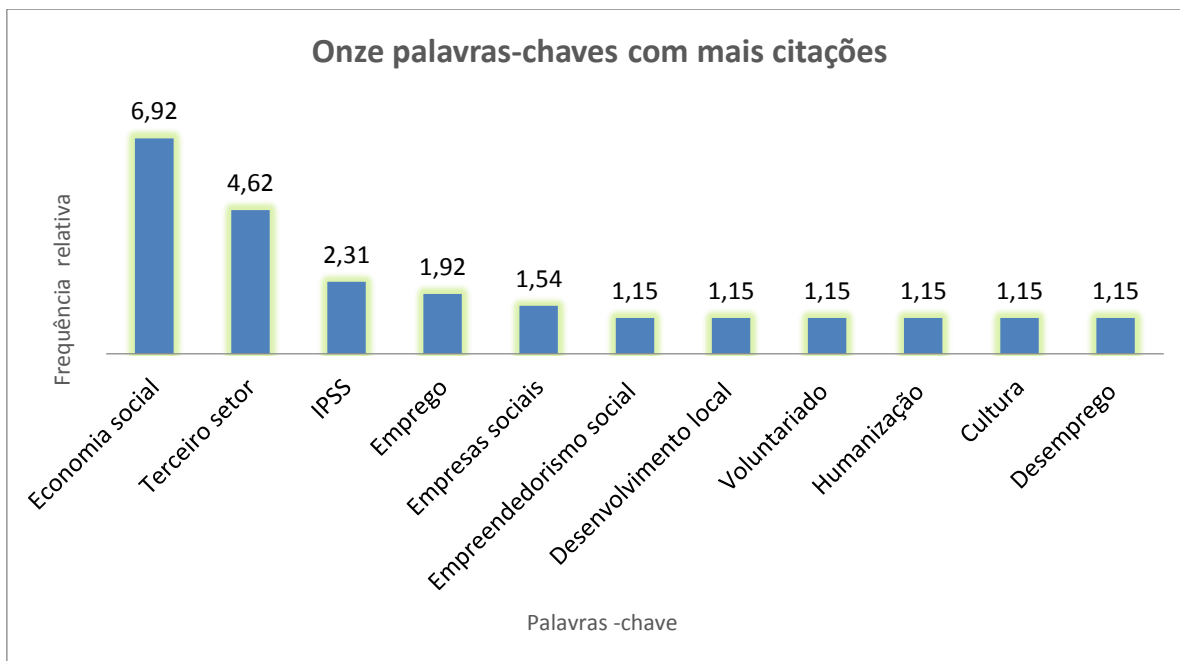
Fonte: elaborado pela autora.

Em relação às consultas realizadas no RepositoriUM da UMINHO (21.687 no total), o primeiro período reflete, segundo o gráfico, uma concentração de consultas (15.792) somando 72,82% do total. Destacam-se os anos de 2013, com 7.782 consultas e 2014, com 4.304 e que juntos, acumulam mais da metade (55,73%) de todas as consultas já realizadas através do canal analisado.

A partir de 2016 nota-se um decréscimo significativo no número de consultas, que se mantém na ordem dos 3,5% nos anos seguintes (média de 770/ ano), a exceção de 2020 com 133 consultas e que, além de ser o ano corrente de realização desta pesquisa e ainda não estar finalizado, é um ano atípico devido a pandemia da COVID 19.

#### 4.1.5 Freqüência por palavras chave

Figura 5. palavras-chave com mais citações



Fonte: elaborado pela autora .

Ao analisar a frequência das palavras-chave, percebeu-se que 63% do total foi mencionada uma única vez, o que sugere que as dissertações estejam a abordar temas variados.

Entre as palavras chave com maior frequência, 'Economia Social ' representou 6,92% das citações. Seguida por 'Terceiro Setor', com 4,62% das citações. Em terceiro lugar está a palavra 'IPSS', com 2,31% do total das citações, seguida por 'Emprego' com 1,92% e 'Empresas Sociais' com 1,54%. Com 1,15% das citações, estão 'Empreendedorismo social', 'Desenvolvimento local', 'Voluntariado', 'Humanização', 'Cultura' e 'Desemprego'.

Ao analisar as palavras-chave com maior frequência, verifica-se que as mesmas estão intrinsecamente relacionadas com o tema, sendo inclusive contempladas na Lei de Bases da Economia Social, promulgada em 2013 que em seu parágrafo 5, ao excluir do setor da ES as organizações orientadas para o mercado, independente do seu objeto social e mesmo ao restringir o pagamento de dividendos reafirma, que as políticas públicas para a ES em Portugal, estão inteiramente voltadas para o terceiro setor ou para as organizações sociais.

Segundo Caeiro (2008) 'Emprego', é considerado um grande desafio para o país e tema de estudo da economia em seu conjunto. Sendo que o papel da economia social consolida-se a partir da intervenção exercida para a solução do problema do desemprego podendo, as instituições que compõem o setor, através dos agentes locais, propor a reorganização de setores mais enfraquecidos, possibilitando ao Estado voltar seus esforços para a busca de soluções às grandes questões de

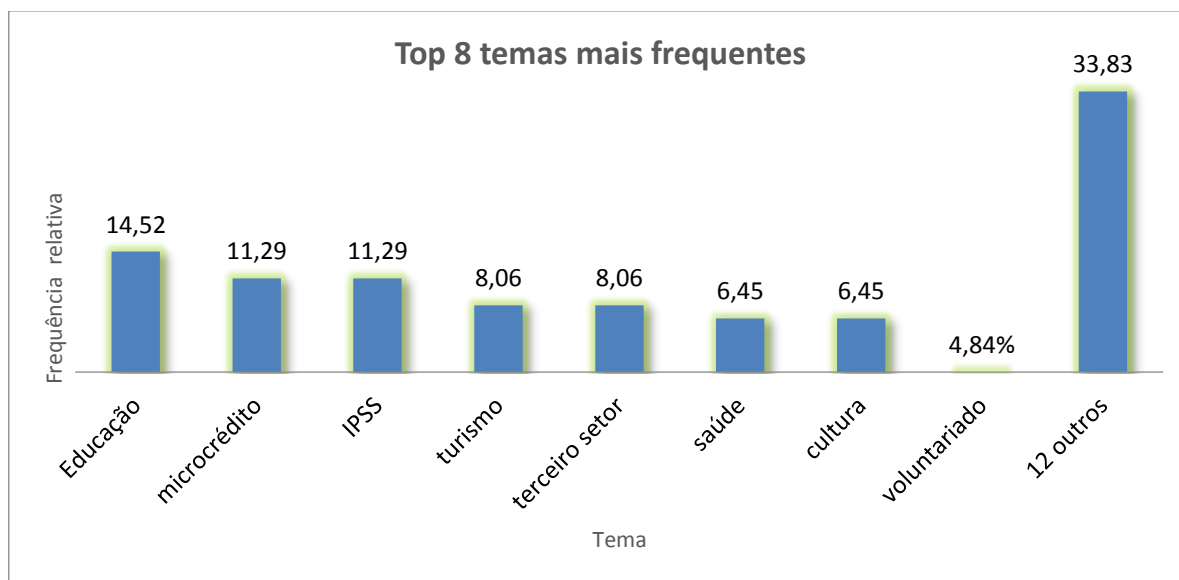
reestruturação económica. Por sua vez, para o Estado é interessante apoiar as instituições da economia social, visto à sua capacidade em mobilizar recursos e, encontrando nas mesmas, uma garantia através dos seus princípios de funcionamento.

A acrescentar que a realidade dos países tem sido determinada pela globalização e sua influência no mercado de trabalho que, nos últimos anos aponta para uma flexibilização e desregulamentação crescente, paralelamente à reduzida intervenção do Estado em sua regulamentação. Ao 'ocupar' o espaço tradicionalmente do Estado, a economia social adquire papel relevante, assumindo algumas das funções atribuídas a este ou a iniciativa privada, buscando condições para promover a inclusão da parcela da população que não consegue assumir seu espaço no mercado de trabalho contemporâneo. Para além do que, ao estimular o espírito do empreendedorismo social, a ES fomenta a dinamização do mercado de trabalho.

Fato interessante é que as palavras chaves semelhantes encontram-se, em grande parte das vezes, agrupadas no mesmo espaço temporal, ou seja, são utilizadas em dissertações de um mesmo ano. O que nos sugere que os professores podem estar a despertar os interesses dos alunos por determinados temas eleitos para discussão em sala de aula.

#### 4.1.6 Temáticas

Figura 6. Frequência por temas



Fonte: elaborado pela autora .

Baseada no resumo dos trabalhos, as dissertações foram agrupadas conforme os temas em 20 grupos, a saber: Educação, Microcrédito, IPSS, Turismo, Terceiro setor, Saúde, Cultura, Voluntariado, Marketing social, Sistema de pensões portugues, Pobreza, Empreendedorismo, Associativismo, Terceira idade, Financiamento coletivo de projetos, Empresas sociais, Responsabilidade social,



Emprego, Desemprego e Sustentabilidade (conforme gráfico acima). O agrupamento foi necessário de forma a viabilizar o cálculo da frequência e, apesar de um mesmo tema ser transversal a mais de um assunto, foi necessária esta compilação, pelos motivos expostos acima.

Os temas com maior frequência foram: Educação com 14,52% do total, seguido por Microcrédito e IPSS's, ambos com frequência de 11,29% e, em terceiro lugar estão Turismo e Terceiro Setor, ambos com frequência de 8,06%. Em seguida temos Saúde e Cultura, com frequência de 6,45% e Voluntariado, com 4,84% de frequência.

A análise destas frequências, relacionadas à economia em seu conjunto, salienta as oito áreas seguintes:

1) a Educação como pilar fundamental, seja como forma de inserção social ao preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, ao criar sujeitos críticos ou ativos civicamente. Títulos que podem exemplificar esta temática, entre outros, são: 'Educação: instrumento de humanização da economia?' 'A formação como investimento em capital humano, emprego e inserção social: o caso dos Cursos de Educação e Formação de Adultos' ou 'A educação de adultos em análise: estudo de caso das novas oportunidades'.

Segundo Barr (2012) A educação em seu conceito multidimensional tem como objetivo transmitir conhecimentos e habilidades, mas também atitudes e valores. A educação cultural como parte deste processo busca manter a sociedade coesa e inculcar nas pessoas o respeito pela diversidade. Assim pode-se inferir que a educação mostra-se socialmente eficiente. Fica claro, ainda segundo ele (ibidem 2012) que o progresso tecnológico resulta da atividade de determinados setores que utilizam o conhecimento existente e o capital humano como inputs, podendo constituir um estímulo (ou um entrave, na sua ausência) às atividades de pesquisa e desenvolvimento e, conseqüentemente, ao crescimento econômico. O capital humano na forma de educação (profissional) apresenta-se essencial para as atividades de pesquisa e desenvolvimento que, por sua vez, são os motores que impulsionam o desenvolvimento econômico.

2) o Microcrédito como tema transversal à Economia Social, visto tal modalidade de financiamento ser mais acessível e estar mais próxima da realidade das categorias de empresas que compoem o quadro da ES. Tema presente em trabalhos como: 'Porquê as taxas aplicadas no microcrédito diferem de país para país? Uma discussão com dados seccionais'; 'Microcrédito em Portugal: porquê o valor de financiamento difere no país?' ou 'O microcrédito em economias desenvolvidas: estudo de caso em Portugal'.

3) As IPSS's são a forma jurídica assumida pela maior parte das empresas da ES em Portugal. Assim como as mais facilmente identificadas pelos alunos deste curso de mestrado. Tema presente

em trabalhos como: 'O papel do empreendedorismo social no terceiro setor: Uma nova solução no domínio da Alzheimer na Região Autónoma da Madeira?' ou 'Impacto do terceiro setor no desenvolvimento local e social: inquérito a percepção das Associações de Amarante'.

4) Turismo: tema transversal, que ocorre junto, tanto com a questão do desenvolvimento de regiões e distribuição de renda, como relacionado com a questão do lazer para a terceira idade. A ótica do Turismo dentro da ES por vezes está relacionada ao desenvolvimento de regiões, propiciando novas formas de geração de renda, valorização de algum atributo regional, fixação do habitante local e qualidade de vida para os mesmos. Alguns exemplos de trabalhos que abordam a temática são: 'O turismo fluvial como vetor de desenvolvimento turístico do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade' ou 'As políticas sociais de passeios para sénior das juntas de freguesia portuguesas'.

5) O tema Terceiro Setor: foco das políticas públicas da Lei de Bases para a Economia Social, é estudado como forma de resposta deste campo às falhas ou ineficiências do Estado e pode ser identificado em trabalhos como: 'Impacto do terceiro setor no desenvolvimento local e social: inquérito a percepção das Associações de Amarante' ou 'As empresas sociais no desenvolvimento do terceiro setor'.

6) O tema Saúde, vem por vezes relacionado com a questão da exclusão social ou a prestação de apoio que gera melhoria na qualidade de vida das pessoas com determinadas enfermidades ou incapacidades. Este tema pode ser identificado em trabalhos como: 'Desigualdades no acesso aos serviços de saúde: o caso dos cuidados primários' ou 'A eficácia e a eficiência na promoção da qualidade de vida do doente de foro psiquiátrico - o caso da Associação de Apoio à Saude Mental O Salto'.

7) O tema Cultura: por vezes está relacionado a apropriação da identidade local através de suas manifestações. Está também relacionado a atração de turistas e geração de renda, conforme podemos confirmar através dos trabalhos: 'Associativismo cultural: uma aplicação no concelho de Chaves' ou 'A valorização turística do património cultural imaterial: O caso das Festas Nicolinas'.

8) O tema Voluntariado: desponta intrinsecamente relacionado às organizações sem fins lucrativos, que pode ser considerada a maior forma de expressão do Terceiro Setor. Tema perceptível em trabalhos como: 'As novas formas de capital nas organizações sem fins lucrativos - Um estudo de caso na Delegação de Fafe da Cruz Vermelha Portuguesa' ou 'Voluntariado como expressão de dádiva: uma abordagem institucionalista do voluntariado da delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa'.

Cabe aqui uma observação sobre os temas com menor frequência:

1) 'Emprego e Desemprego' foram classificados como temas específicos e em separado, por

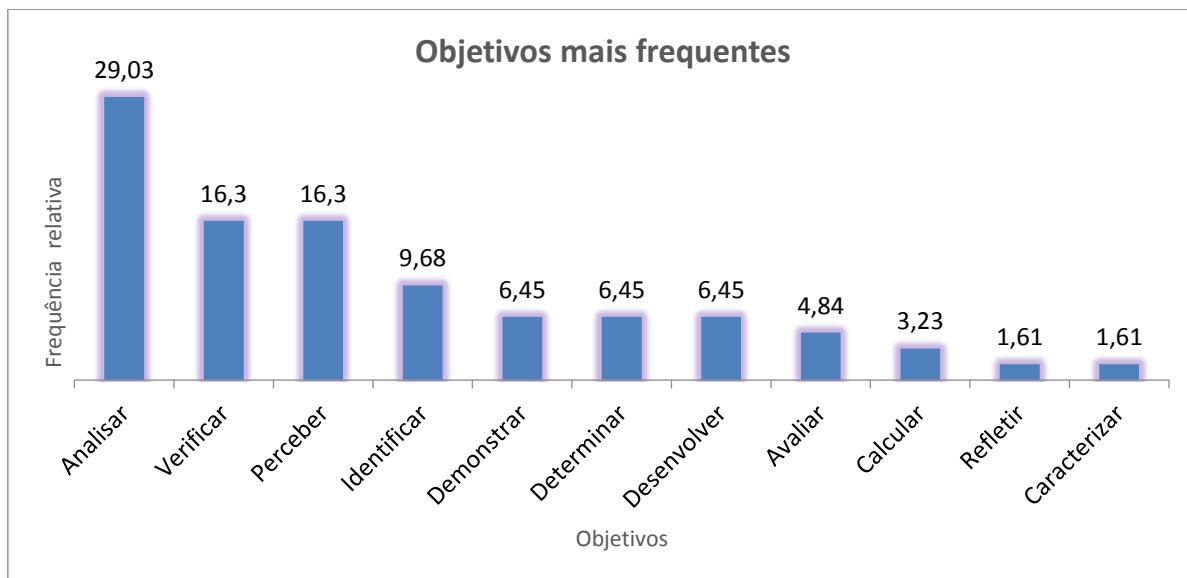
não serem transversais ou estarem associados com outros assuntos nas dissertações analisadas. Estes temas foram estudados em sua forma *single* e estão relacionados com a Economia Social seja, através da importância dos empregos gerados pelo setor, seja pelo fato de os custos dispendidos pelo Estado com subsídios para mitigar as consequências do desemprego é fator de peso no orçamento do Governo e alteram a afetação de recursos para todas as demais áreas sociais.

2) O tema 'Sustentabilidade' é tratado de forma transversal em algumas dissertações, mas também ocorre de forma *single*, merecendo ser enquadrado entre os temas. Um dos pontos cruciais das entidades da Economia Social refere-se a que as mesmas idealmente, alcancem a sustentabilidade econômico-financeira e dependam menos de recursos alocados pelo governo, pois como demonstram os dados da CSES referentes a 2016, houve uma necessidade de financiamento líquido, pelo governo, na casa dos 598,4 milhões de euros.

Os temas, ao contrário das palavras chave, aparecem um pouco mais dispersos no quadro temporal das dissertações. Mas, a questão da transversalidade/ coocorrência é um impedimento para fazermos uma análise mais aprofundada desta questão.

#### 4.1.7 Frequência por objetivos

Figura 7. Objetivos mais frequentes



Fonte: elaborado pela autora.

O objetivo de uma pesquisa expressa a finalidade da mesma e responde a questão sobre que resultados o autor deseja alcançar. É construído a partir da ótica do objeto a ser analisado, e corresponde ao resultado que se busca com a pesquisa.

Considera-se que uma dissertação pressupõe a capacidade do autor em expor, refletir, analisar e interpretar fatos, informações e opiniões a respeito de um determinado tema. E que seu objetivo define

a direção que ela tomará em seu percurso. Visto que, para formular o objetivo o pesquisador precisa responder a uma pergunta do tipo: para quê pretendo pesquisar? É expectável que, segundo Bardin (1977) a resposta indique uma ação, considerando as premissas/ informações iniciais.

Segundo Praça (2015) os objetivos têm função esclarecedora no momento da leitura, e o juízo de mérito do trabalho está na maioria das vezes, sujeito a capacidade do pesquisador em atingir os objetivos propostos.

Sendo a economia uma ciência social, que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação entre as necessidades das pessoas e os recursos disponíveis para satisfazê-las, é de se entender que um dos pilares da mesma seja a análise dos fatos, com finalidades diversas.

Foi acordado que os objetivos seriam distribuídos em nove categorias, conforme respostas que pretendiam oferecer aos problemas de pesquisa apresentados.

Seguindo e confirmando a linha de pensamento descrita acima, os objetivos mais frequentemente indicados foram, em primeiro lugar, 'analisar' com 29,03% de frequência, seguido por 'verificar' e 'perceber', empatados na segunda posição com 16,3% das frequências observadas. Na terceira posição temos a palavra 'identificar', com 9,68% de frequência. Seguida por 'demonstrar', 'determinar' e 'desenvolver', empatadas na quarta posição, com 6,45% de frequência. 'Avaliar' segue na quinta posição, com 4,84% de frequência. E 'calcular', com 3,23%, na sexta posição. Com 1,61% de frequência e empatadas em sétimo lugar, temos as palavras 'refletir' e 'caracterizar'.

#### 4.1.8 Frequência por Justificações

*Tabela 11: Justificações com maior frequência nos trabalhos estudados*

TÓPICOS COM MAIOR FREQUENCIA	PALAVRAS COM MAIOR FREQUENCIA
Qualidade de vida	Social
Economia social	Economia
Terceiro setor	Sociais
	Desenvolvimento
	Sociedade

*Fonte: elaborado pela autora.*

De acordo com Fontelles et al (2009), as perguntas que norteiam as justificativas estão relacionadas ao porque de se estudar determinado tema, aos benefícios futuros que a pesquisa poderá proporcionar, e visa o comprometimento da pesquisa científica com o objeto a ser pesquisado. Deve ser convincente quanto a sua importância e necessidade e apresentar razões de ordem teórica e/ou prática que justifiquem a realização da pesquisa.

A utilização do software <https://www.online-utility.org/> evidenciou as seguintes palavras, tópicos ou expressões mais frequentes, encontradas nos resumos ou introduções das dissertações, conforme tabela acima, onde é perceptível que 'qualidade de vida' assim como 'social'/ 'sociais' e 'sociedade' são as de maior destaque.

A análise da frequência das justificações pode ser ilustrada pelas reflexões de Manãs e Medeiros (2012) ao citarem que o terceiro setor (e afins) assume notável compromisso no combate à marginalização social ao alargar suas responsabilidades para a geração de emprego e renda, capacitação das pessoas e também amparo e apoio aos mais necessitados. Acrescentam que as ações do setor para além de atenderem as necessidades básicas, buscam a melhoria da qualidade de vida, o aprimoramento das habilidades, incentivam o cooperativismo, a solidariedade e outras ações de efeito similar: consideradas indispensáveis para a sociedade, com efeitos positivos comprovados no combate à pobreza, ao analfabetismo e ao desemprego. Ações que são o alicerce para a promoção de um desenvolvimento gerado em bases sólidas.

Sendo perceptível, que a questão da 'qualidade de vida' e uma preocupação com o 'social', permeia a justificação dos trabalhos como um todo.

#### **4.1.9 Frequência por Metodologia**

A metodologia científica caracteriza-se como a aplicação de um dado método, utilizando-se de técnicas, que garantirão a legitimidade do conhecimento obtido e o enquadrará enquanto pesquisa científica.

Segundo Gil (2008 p.26) existem algumas formas simples para classificar a metodologia científica: “quanto à finalidade, natureza da pesquisa, a abordagem do problema (ou metodologia), quanto às técnicas ou delineamento e aos objetivos”.

Quanto aos objetivos, as pesquisas se classificam como descritivas- que, segundo Gil (2008), são aquelas que descrevem um fenômeno ou objeto de estudo e estabelecem relações entre os seus elementos. Explicativas- citando novamente o autor (ibidem 2008), são as que tem como foco, conhecer os elementos que determinam ou favorecem a ocorrência de certos eventos. E exploratórias- são as que objetivam familiarização com determinado tema e são produzidas quando os dados existentes sobre o tema ainda são escassos.

A natureza da pesquisa diz respeito à finalidade e pode ser classificada como básica/fundamental ou aplicada. A pesquisa básica ou fundamental objetiva produzir conhecimento científico sem ter necessariamente, aplicação prática previsível. Geralmente, envolve verdades e valores encarados como universais. É o caso das pesquisas na área de humanidades. A pesquisa aplicada,

objetiva produzir conhecimento de aplicação prática para problemas específicos e normalmente, envolve fatos e interesses locais. Como é o caso das pesquisas realizadas na área social.

Quanto à abordagem, ou metodologia- caminho definido para estudar o problema, estas podem ser: Quantitativa- compreende a quantificação de dados coletados. Técnica indicada para investigar opiniões nítidas dos entrevistados, utilizando ferramentas uniformes para recolha de dados como, por exemplo, inquéritos. Segundo Dalfovo et al (2008), a abordagem quantitativa tem como diferencial a intenção em garantir o rigor dos trabalhos realizados- um resultando com poucas chances de desvios, e caracteriza-se pela utilização da quantificação, tanto na coleta de informações, quanto no tratamento destas.

Já a abordagem qualitativa não tem a intenção de medir, não se atém a abordagens numéricas, mas segundo Gerhardt e Silveira (2009 p. 31), ao aprofundamento da compreensão de um grupo social, uma instituição, entre outros. “Busca a interpretação e análise de fenômenos, atribuindo-os significados que não podem ser analisados quantitativamente”. E prosseguem a sugerir que os pesquisadores ao utilizar este método, buscam explicar a causa dos fenômenos, sugerindo o que cabe ser realizado, valendo-se de abordagens variadas. Este método de abordagem incita o entrevistado a pensar e a falar voluntariamente sobre determinado tema, e requer análise direta por parte do pesquisador quanto ao objeto de estudo. Dalfovo et al. (2008) exemplificam, citando os estudos de campo, que são impreterivelmente qualitativos e distinguem-se pela observação participante.

As pesquisas de abordagem mista são concebidas por uma análise quantitativa dos dados e posterior análise subjetiva, caracterizando a parte qualitativa.

Gil (2008) considera que, havendo várias possibilidades para se testar uma hipótese, é natural que surjam possibilidades similares de delineamentos para cada finalidade, e que as mesmas podem ser definidas consoante o objeto a ser investigado. Sugere assim, dois grupos abrangentes de delineamento, baseados no tipo de coleta de dados, seja através ‘fontes de papel’ ou fornecidos por pessoas. O primeiro caracteriza as pesquisas bibliográficas ou documentais e o segundo caracteriza as pesquisas experimentais, os levantamentos, os estudos de caso, os estudos de campo, entre outros. Finaliza sua caracterização sobre delineamento, assumindo que as classificações não devem ser tidas como imutáveis, pois, algumas pesquisas possuem características que as enquadra em mais de um modelo específico.

Após esta introdução pertinente e que será transversal ao relatório da frequência das metodologias informadas, procederemos a análise dos resultados. Será possível visualizar a afirmação de Gil (2008) de que muitas pesquisas têm delineamentos diversos aos apresentados devido a seu caráter singular de investigação.

Nesta seção as análises serão realizadas sobre três classificações diretamente, mas, tentando sempre identificar outras características não explícitas nos trabalhos estudados. Serão elas: a natureza da pesquisa, a abordagem e o delineamento.

Poucos trabalhos foram claros ao classificar a metodologia quanto aos objetivos e, dos 62 trabalhos analisados foi possível aferir a seguinte informação, que representa pouco mais de 20% do total dos trabalhos.

Considerando-se que a Economia Social é um tema relativamente novo enquanto área científica conforme exposto na introdução deste trabalho e que, segundo Gil (2008), as pesquisas exploratórias são produzidas quando os dados existentes sobre determinado tema ainda são escassos, visando à familiarização com este tema, torna-se evidente que parte significativa das dissertações deste curso, siga a linha da pesquisa exploratória.

A classificação quanto à abordagem está presente em 100% dos trabalhos analisados, embora não necessariamente explícitas nos textos, e pode ser verificada na tabela abaixo.

*Tabela 12: Abordagens com maior frequência nos trabalhos estudados*

ABORDAGEM	QUALITATIVA	QUANTITATIVA	MISTA
	14	14	34

*Fonte: elaborado pela autora.*

Para uma análise mais completa sobre a classificação quanto à abordagem, torna-se pertinente caracterizar aqui, um terceiro item que trata do delineamento escolhido para os trabalhos em questão. Embora também não estejam explícitos em todos os trabalhos, foi encontrado com mais frequência do que a classificação quanto aos objetivos. Segue abaixo como informação complementar.

*Tabela 13: Delineamentos com maior frequência nos trabalhos estudados*

PROCEDIMENTOS	ESTUDO DE CASO	BIBLIOGRÁFICA	DOCUMENTAL	MISTA	RELAT. ESTÁGIO
	20	8	6	4	3

*Fonte: elaborado pela autora.*

Com 32,25% de frequência o 'estudo de caso' afirma-se como a forma de delineamento mais utilizada nos trabalhos e, segundo Gil (2008, p. 57) caracteriza-se por um estudo minucioso de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento aprofundado, tarefa praticamente impossível se considerarmos outros tipos de delineamentos. É o método preferencial quando, dentre outras variáveis, o objeto de estudo é um fenômeno contemporâneo. Esta predominância nos remete novamente a condição de a Economia Social ser uma área de estudo relativamente nova quanto à produção científica. Bem como possibilita inferir que, para se estudar a fundo um fato com pouca informação científica ou acadêmica disponível, é pertinente que se opte por uma metodologia mista,

que possibilite ao investigador a imersão completa no seu objeto de estudo.

Com 12,90% de frequência e, em segunda posição, aparece a ‘pesquisa bibliográfica’, que Gil (2008, p. 50) refere como sendo desenvolvida a partir de publicações pré-existentes. Complementa “que há pesquisas desenvolvidas exclusivamente tendo como base de consulta a utilização de fontes bibliográficas secundárias, embora quase toda pesquisa contemple uma busca desta natureza”. Uma questão prática ao se privilegiar a pesquisa bibliográfica é a relativa facilidade de se encontrar os dados previamente sistematizados, pois, em algumas situações não há outra forma de acessar fatos passados senão via dados secundários. E isto faz todo sentido ao verificarmos que nas dissertações aqui estudadas, há grande referência cronológica sobre instituições e dados da Economia Social.

A pesquisa documental ocupa a terceira posição e se assemelha a pesquisa bibliográfica a partir do momento que também utiliza dados secundários. Com a diferença de que, segundo Gil (2008, p.51), (...) “a pesquisa documental lança mão de material que ainda não recebeu tratamento analítico, tais como documentos oficiais, contratos ou fotografias”.

A pesquisa delineada ‘mista’, aparece na quarta posição com 6,45% da frequência apurada, e pode ser considerada uma mescla de delineamentos que o pesquisador julgou pertinente para melhor conhecimento do objeto ou fenômeno a ser estudado.

Por fim, os relatórios de estágio aparecem na quinta posição, com 4,84% de frequência, representado por três trabalhos e são considerados documentos formais nos quais são descritos os resultados de pesquisas e os relatos das experiências vivenciadas *in loco*, seja em órgãos, instituições ou empresas. Assim, segundo Gil (2008, p. 57), (...) “o pesquisador prioriza as técnicas de observação face às de interrogação”. E apresenta propostas práticas e factíveis de oportunidades de melhoramento observadas durante o período de imersão.

O que se pode concluir através da análise dos resultados é que:

- i) A metodologia mista foi considerada a ideal para se trabalhar com os temas propostos, visto que a mesma representa maior leque de opções para que o estudo possa ser aprofundado usando todas as ferramentas quanto possível.
- ii) As metodologias qualitativas e quantitativas aparecem tecnicamente empatadas
- iii) A combinação de métodos e delineamentos diversos nas dissertações busca a convergência e validação das informações para se alcançar um resultado o mais próximo à realidade, quanto possível.

#### 4.1.10 Frequência por Implicações



Tabela 14: Implicações mais frequentes nos trabalhos estudados

PALAVRAS com frequência absoluta $\geq 10$	TÓPICOS com frequência absoluta $\geq 5$
Social	Implicações não explícitas no texto
Resultados	Terceiro setor
Sociais	Implicações na educação
Capital	Contribuição
Desenvolvimento	Implicações em Portugal
Capitais	Economia

Fonte: elaborado pela autora.

Segundo o dicionário *online* de português, implicação é a “ação ou efeito de implicar, de obter algo como efeito, resultado, consequência”.

Segundo Figueiredo (1977 p. 75) “relevância é uma noção intuitiva, que implica contato produtivo no processo de comunicação”.

Prossegue citando S.C Bradford que ao publicar, em 1934, “Sources of information on specific subjects”, afirmou haver trabalhos *a priori* relevantes a assuntos investigados. E que existem fontes que esperamos serem mais proveitosas assim como outras que, também *a priori*, não correspondem ao esperado. E finaliza afirmando que, a partir do momento em que aprendermos a distinguir a ‘relevância’ em um trabalho, poderemos lidar com seus efeitos sobre o indivíduo.

É importante informar que as ‘implicações’ ou a ‘relevância’ são informações que, na generalidade dos trabalhos analisados, não aparecem explícitas nos textos. Numa tentativa de localizá-las, foi necessária a leitura de algumas partes dos trabalhos, onde era suposto, a informação pudesse manifestar-se. De toda forma, cabe informar que a sistematização desta informação apresenta subjetividade deste pesquisador ao considerar seu entendimento sobre ‘implicação’ ou ‘relevância’ ao recolher e sistematizar estas informações.

#### 4.1.11 Frequência por Resultados

Tabela 15: Resultados com maior frequência nos trabalhos estudados

PALAVRAS com frequência absoluta $\geq 10$	TÓPICOS com frequência absoluta $\geq 5$
Social	Terceiro Setor
Resultados	Economia Social
Sociais	Capital Humano
Capital	Inclusão Social
Desenvolvimento	Responsabilidade Social
	Respostas Sociais

Fonte: elaborado pela autora.

Kerlinger (2009) afirma que para qualquer tipo de pesquisa, os resultados devem atender aos objetivos propostos nas mesmas, e são utilizados para comparar e confrontar dados obtidos, visando confirmar ou rejeitar hipóteses, pressupostos ou objetivos. Considera, finalmente, que todo o processo de pesquisa gira em torno de sua solução.

Sugere que idealmente se associem as pesquisas qualitativas e quantitativas, no intuito de direcionar o pesquisador a uma forma mais adequada de validação interpretativa, posto que a pesquisa científica, principalmente na área das ciências sociais, não tem a pretensão de resolver problemas, mas sim estudar as variáveis e suas correlações em determinado contexto.

Ao ponderar que a abordagem encontrada com maior frequência nas dissertações é a abordagem mista e que o 'estudo de caso' é a forma de delineamento mais utilizada e que, segundo Gil (2008) caracteriza-se pelo estudo acurado de um (ou poucos objetos), de maneira a possibilitar o seu conhecimento detalhado; é expectável que os resultados se caracterizem como uma forma de síntese ou descrição das observações realizadas.

Neste estudo, a quantidade de dissertações analisadas possibilitou a leitura de várias delas, na tentativa de recolher dados não explícitos para posterior sistematização.

Através do cruzamento da frequência de palavras chaves com a leitura dos resultados, foi possível inferir alguns pontos, referentes às conclusões.

Percebe-se na análise de frequência dos resultados, que persistem palavras como 'social', 'capital' e 'desenvolvimento' mas que também surgem, com outra relevância, tópicos como 'terceiro setor', 'capital humano', 'inclusão social', entre outros. Palavras estas que envolvem as dimensões sociais que ligam a Economia Social à Economia em seu conjunto.

A inclusão social considerada finalidade da ES é referida transversalmente em grande parte dos

resultados das dissertações estudadas, se ligando a temas como educação, emprego, microcrédito, atividades das IPSS, terceira idade, entre outros.

Algumas dissertações concluem que respostas sociais mais efetivas oferecidas pelo Estado ou por entidades da ES, em uma relação de complementariedade, poderiam resolver os problemas identificados nos estudos de caso.

Também afirmam que é possível o desenvolvimento de atividades de lazer e cultura, direcionadas a suprir a carência dos habitantes locais ou a atração de turistas, através do fomento das entidades da ES e seus *stakeholders*.

Dissertações que se debruçaram sobre os temas da educação e/ ou desenvolvimento do capital humano apontam para uma provável correlação destes temas com crescimento econômico.

Fala-se sobre a importância das empresas do terceiro setor, entre elas as empresas sociais, na geração de empregos para alguns grupos marginalizados, conferindo as mesmas função importante no mercado de trabalho.

Nota-se finalmente a carência de respostas sociais quando o assunto é velhice.

Finaliza-se esta análise com Kerlinger (2009) que sugere que, com condições e metodologia apropriadas, é possível compreender, ainda que de forma limitada, grande parte dos fenômenos sociais. E atesta que, apesar da compreensão e conhecimento pleno estarem além de nosso alcance, a compreensão e o conhecimento probabilístico não estão.

## CAPÍTULO V – CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresentam-se as principais conclusões sobre o estudo.

Através dos resultados da análise bibliométrica buscou-se responder às questões da dissertação ao apontar os resultados e as tendências investigativas dos trabalhos analisados, além da abordagem, às limitações identificadas durante a construção do estudo e as sugestões para pesquisas futuras.

### 5.1 Conclusões

Discutem-se neste capítulo as principais conclusões relativas a este estudo bibliométrico.

Pretende-se que sua análise responda às várias questões que instigaram a construção deste trabalho. A primeira e que considero a linha mestra: quais são as áreas de concentração do conhecimento produzido? Qual a tendência temática dos trabalhos? Resposta que aponta para uma concentração de dissertações no campo da Educação seja ela tratada em seu aspecto formal ou informal.

Outro aspecto relevante é a frequência dos professores enquanto orientadores na execução das dissertações, sendo que o professor doutor Paulo Mourão detém, aproximadamente, 34% das orientações realizadas.

Ao observar a temporalidade, percebe-se substancial aumento das dissertações em 2013, concentrando, praticamente 19% da produção. Pode-se afirmar que entre 2009 e 2013 houve um crescimento gradual das pesquisas, com ligeira queda em 2014 seguida por um período de estabilidade até 2019, quando os números voltaram a subir.

Como consequência da produção apontada no parágrafo anterior, a frequência de downloads e consultas fica, respectivamente em 40% e 35% neste mesmo ano (2013), sendo as maiores da série analisada.

A frequência relacionada às palavras-chave é um dos fatores mais importantes em uma análise bibliométrica, visto que indicam o assunto que está a ser abordado nos trabalhos estudados. Neste caso específico, 63% das palavras chave elencadas foram mencionadas uma única vez, o que evidencia que as dissertações estão a abordar temas diversificados. Entre as palavras chave com maior frequência, o termo 'Economia Social' aparece em primeiro lugar e representa o total de 6,92% das citações.

Ao analisar de forma abrangente, este estudo bibliométrico revela lacunas relacionadas a aspectos formais e de normatização das dissertações, sugerindo a necessidade de padronização em sua estrutura. Os resultados apontam, por exemplo, que cerca de 80% dos trabalhos não explicitaram o

método utilizado em suas pesquisas, sendo necessário um aprofundamento em seu conteúdo com o propósito de identificar a metodologia utilizada.

Com considerações semelhantes estão os campos das justificativas e resultados, o que expõe alguma fragilidade nas dissertações produzidas não apenas com relação ao aspecto formal, pois que a formatação caminha 'lado a lado' com o processo de construção da ciência.

## **5.2 Limitações da pesquisa**

Nesta subsecção, serão indicadas as limitações para a construção da pesquisa e as sugestões de pesquisas futuras, que podem ser complementares a este trabalho.

Importa destacar que dentre as limitações relacionadas para a concretização desta pesquisa estão, conforme exposto acima, a ausência de padronização no desenvolvimento dos trabalhos, deixando lacunas que, para possibilitar a finalização do estudo, foram preenchidas com soluções que podem ser considerada de caráter subjectivo do autor.

A escolha de certas tecnologias, em detrimento de outras, também pode ser considerado um fator limitador de impressões e leituras de resultados, visto que cada uma das tecnologias disponíveis tem nos outputs gerados, uma forma diferente de apresentar os resultados o que talvez, nos chamasse a atenção para possíveis aspectos não considerados nas análises.

## **5.3 Sugestões para futuras investigações**

Como sugestão para investigações futuras e decorrentes do período excecional que estamos a viver, sugere-se analisar os impactos da Covid-19 na Economia Social, através da observação dos efeitos econômicos da pandemia para o setor, principalmente em termos do impacto no atendimento prestado ao cidadão em maior vulnerabilidade e nas receitas obtidas com as atividades fim das entidades.

Possíveis inovações no campo da ES, oriundas da crise instalada pela pandemia, também são objectos de estudos interessantes a fim de verificar o comportamento do setor e as respostas dadas a comunidade, frente a este momento.

Temas não representativos nos trabalhos estudados como, economia e escolhas públicas, inovação social nas entidades da ES, também enquadram-se em sugestões para o desenvolvimento de novos estudos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

Barr, N. *The Higher Education White Paper: The Good, the Bad, the Unspeakable – and the Next White Paper*. Blackwell Publishing Ltd. 2012

Braga, V. S.T. (2019). *Sobre a sustentabilidade da oferta da formação superior em Economia Social através de um inquérito respondido pelos alunos de licenciaturas das Universidades de Braga*. Dissertação de Mestrado em Economia Social. Universidade do Minho, Braga. Consultado em 30 de março, 2021. Recuperado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/63970>

Caeiro, J. M. C. (2007). Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 61-72, jan./jun. 2008. Consultado em 01 de abril, 2021. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802008000100006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100006)

Costa, T., Lopes, S., Llimó, F. F., Amarante, M.J., Lopes, P.F., (2012). A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas. *Actas- Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Lisboa - Fundação Calouste Gulbenkian, 18, 19 e 20 de Outubro de 2012. Consultado em 08 de abril, 2021. Recuperado de <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/429/pdf>

Dalfovo, M. S.; Lana, R. A.; Silveira, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008. ISSN 1980-7031. Consultado em 20 de fevereiro, 2021. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/277098690\\_METODOS\\_QUANTITATIVOS\\_E\\_QUALITATIVOS\\_UM\\_RESGATE\\_TEORICO](https://www.researchgate.net/publication/277098690_METODOS_QUANTITATIVOS_E_QUALITATIVOS_UM_RESGATE_TEORICO)

Defourny, J. & Nyssens, M. El enfoque EMES de la empresa social desde una perspectiva comparada. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 2012, n. 75, p. 6-34. ISSN: 0213-8093. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/174/17425798005.pdf>

Estivill, J. (2017), “Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra – I Parte”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, p. 19 – 45. Consultado em 19 de janeiro, 2021. Recuperado de <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2819/2582>

Figueiredo, L. M. *O conceito de relevância e suas implicações*. Ci. Inf. Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 75-78, 1977. Consultado em 30 de janeiro, 2021. Recuperado de <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/82>

Fontelles, M. J.; Simões, M. G.; Farias S. H.; Fontelles R. G. S. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista Paraense de Medicina*. Belém, v.23, n.3, Jul-Set. 2009. ID IIL- 588477. ISSN 0101-5907. Consultado em 20 de janeiro 2021. Recuperado de [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C8\\_NONAME.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf)

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas

Glanzel, W. (2003). Bibliometrics as a research field: A course on theory and application of bibliometric indicators. *COURSE HANDOUTS*. Consultado em 20 de janeiro 2021. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/242406991>

Guélin, A. *L'invention de l'économie sociale*. Paris: Econômica, 1988.

Izuka, E., Varela, C. & Larroudé, E. (2015). Social Business Dilemmas in Brazil: Rede ASTA Case. *Revista de Administração de Empresas*, v.55, n.44, Jul-Ago, 2015, p. 385-396. Consultado em 14 de julho, 2021. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rae/a/4Gc4pWKDDjPdgLxXynMNckF/?format=pdf&lang=en>

Kerlinger, F. N. (2009). *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA. 9 reimpressão.

Mañas, A. V., & Medeiros, E. E. (2012). Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socio-econômico. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v.2, n.2, p.15-29. Consultado em 15 de novembro de 2020. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/9264/terceiro-setor-um-estudo-sobre-a-sua-importancia-no-processo-de-desenvolvimento-socio-economico/i/pt-br>

Moura, A., Comini, G. & Teodósio, A. (2015). The International Growth of a Social Business: A Case Study. *Revista de Administração de Empresas*, v.55, n.4, p. 444-460. ISSN 2178-938X. Consultado em 15 de novembro, 2020. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902015000400444](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902015000400444)

Mourao, P.R. & Martinho, V.D., Forest entrepreneurship: A bibliometric analysis and a discussion about the co-authorship networks of an emerging scientific field, *Journal of Cleaner Production*, v. 256, 2020, 120413, ISSN 0959-6526, consultado em 08 de abril de 2021. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.120413>

Petrini, M., Scherer, P., Back, L. (2015). Modelos de negócios com impacto social. *Revista de Administração de Empresas*, FGV/EAESP, RAE, v. 56, n. 2, p. 209-225, mar-abr 2016, São Paulo/BR. ISSN 0034-7590, consultado em 08 de abril de 2021. Recuperado de [https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/modelo\\_de\\_negocios\\_com\\_impacto\\_social\\_0.pdf](https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/modelo_de_negocios_com_impacto_social_0.pdf)

Praça, F. S. G. (2015). Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. *Revista Eletrônica "Diálogos Acadêmicos"* n° 1, p. 72-87, Jan-Jul (ISSN: 0486-6266). Consultado em 20 de janeiro, 2021. Recuperado de [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf)

Raja, M. & Franco, C. (2013). *Un nuevo paradigma de negocio: la empresa social*. AECA- Revista de la Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas, v.102, p. 05-08. Madrid/ES. Consultado em 14 de julho, 2021. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/262115796\\_A\\_new\\_paradigm\\_business\\_social\\_enterprise/link/5614dc9308aed47facecf9d/download](https://www.researchgate.net/publication/262115796_A_new_paradigm_business_social_enterprise/link/5614dc9308aed47facecf9d/download)

Silva, B. (1998). *Educação e Comunicação: Uma análise das implicações da utilização do discurso audiovisual em contexto pedagógico*. 1ª ed. Braga: Editorial Franciscana.

Silva, M. R.; Hayashi, C. R. M.; Hayashi, M. C. P. I. *Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo*. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 110-129, jan./jun. 2011. Consultado em 21 de janeiro 2021. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42337>

Teixeira, M. L. A., Iwamoto, H. M. & Medeiros, A. L., 2013. Bibliometric studies (?) in administration: discussing the transposition of purpose. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v.14, n.3, p. 423-452. Consultado em 20 de janeiro, 2021. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31506/bibliometric-studies—in-business-administration—discussing-the-transposition-of-purpos/i/en>

Vosgerau, D. S. A. R.; Romanowski, J. P., Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas, *Rev. Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. ISSN 1518-3483. Consultado em 30 de janeiro, 2021. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317/2233>



## OUTRAS REFERÊNCIAS

A map of social enterprises and their eco-systems in Europe – Country Report: Portugal  
Europeran Comission, October 2014. Consultado em 13 de julho, 2021. Recuperado de  
<https://ec.europa.eu>

Assembleia da República. (2005). Constituição da República Portuguesa – VII Revisão  
Constitucional.[versão online]. Consultado em 15 de dezembro, 2019. Recuperado de  
<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Associação Mutualista Montepio. (s.d.) Guia para perceber a economia social [versão online].  
Consultado em 22 de dezembro, 2019. Recuperado de <https://www.montepio.org/ei/economia-social/boas-praticas/guia-para-perceber-a-economia-social/>

Caixa Geral de Depósitos. (2012). A evolução do crédito agrícola em Portugal [versão online].  
Consultado em 31 de março, 2021. Recuperado de <https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Estudos/Documents/Evolucao-do-Credito-Agricola-em-Portugal.pdf>

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. (2011). A economia social: conceito proposto  
pelo OBESP [versão online]. Consultado em 13 de dezembro, 2019. Recuperado de  
[https://cases.pt/wpcontent/uploads/OBESP\\_Conceito\\_de\\_Economia\\_social\\_09\\_DEZ\\_2011.pdf](https://cases.pt/wpcontent/uploads/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf)

Decreto Lei n.º 30/2013. Diário da República n.º 88/2013, Série I. (2013). Pp. 2727–2728  
[versão online]. Consultado em 15 de dezembro, 2019. Recuperado de  
<https://dre.pt/pesquisa/search/260892/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2030%2F2013%2C%20de+8+de+maio>

Estivill, J. (2017). Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra  
(I Parte), [versão online]. Consultado em 17 de dezembro, 2019. Recuperado de  
<http://www.scielo.mec.pt/pdf/soc/v33/v33a03.pdf>

Garrido, Álvaro. (2017). De onde vem a economia social [versão online]. Consultado em 16  
dezembro, 2019. Recuperado de <https://cnes.org.pt/congresso/AlvaroGarrido-De-onde-vem-a-Economia-Social.pdf>

INE. (2013). CSES 2010 [versão online]. Consultado em 16 de dezembro, 2019. Recuperado de  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=150318107&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=150318107&DESTAQUESmodo=2)

INE. (2016). CSES 2013 [versão online]. Consultado em 16 de dezembro, 2019. Recuperado de  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=278816922&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=278816922&DESTAQUESmodo=2)

INE. (2019). CSES 2016 [versão online]. Consultado em 13 de dezembro, 2019. Recuperado de  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=379957751&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=379957751&DESTAQUESmodo=2)

INE. (2019). Inquérito ao Setor da Economia Social 2018 [versão online]. Consultado em 13 de  
dezembro, 2019. Recuperado de <https://www.animardl.pt/documentos/64/PDFs/1819/Inquerito->

[ao-Sector- da-Economia-Social-2018.pdf](#)

INE. (2019). Inquérito ao Setor da Economia Social 2018: Questionário eletrónico. Consultado em 13 de dezembro, 2019. Recuperado de <http://smi.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/10355>  
*Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* (organizado por) Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p

*Metodos de pesquisa* (organizado por) Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenação pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/ UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/ UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Universidade do Minho. Mestrado em Economia Social. Consultado em 15 de janeiro, 2021. Recuperado de <https://www.eeg.uminho.pt/pt/estudar/mestrados/Paginas/economia-social.aspx>